

EDITAL DE LICITAÇÃO - EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI

MODALIDADE: Registro de Preços Pregão Presencial nº. 015/2019.

TIPO: PRESENCIAL.

JULGAMENTO: Menor preço por Item.

PROCESSOS n°s: 02118, 02119, 02120, 02121, 2122/2019.

OBJETO: Objetivando a aquisição de Gêneros Alimentícios, Carnes, Hortifrutigranjeiros, Pães e Quitandas, Leite e Derivados, destinados para atender as necessidades das Secretarias e departamentos da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, deste Município de Buriti Alegre, Estado de Goiás. Conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I, deste Edital.

R E C I B O

Razão Social: _____

CNPJ: nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Celular: _____

Nome da Pessoa responsável para Contato _____

_____, aos _____ / _____ / _____

(Assinatura)

OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO AO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE - GOIÁS.

PELO E-MAIL: licitacaoburitialegre@hotmail.com PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.

OBS. Toda informação adicional deste certame será divulgado conforme exigência em lei faz-se saber que o não envio deste documento preenchido corretamente, exime a administração da obrigação de qualquer eventual informação deste pregão diretamente ao licitante.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

PREÂMBULO

EXCLUSIVO	Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedor Individual – MEI
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº	015/2019
TIPO	PREGÃO PRESENCIAL
JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSOS NÚMEROS	02118, 02119, 02120, 02121, 2122/2019
INTERESSADOS	PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO BURITI ALEGRE - GO
OBJETOS	Objetivando a aquisição de Gêneros Alimentícios, Carnes, Hortifrutigranjeiros, Pães e Quitandas, Leite e Derivados, destinados para atender as necessidades das Secretarias e departamentos da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, deste Município de Buriti Alegre, Estado de Goiás. Conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I, deste Edital.
DATA/HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DO CERTAME	<u>11 de julho de 2019, às 08h00m</u>
NORMAS LEGAIS	Conforme Decreto 3.555 de 08.08.2000, a Lei nº 10.520, de 17.07.2002, Decreto Federal nº 7.892 de janeiro de 2013, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, de 21.06.1993 e pelas respectivas alterações dadas pela Lei nº 8883 de 08 de junho de 1994, e Lei Complementar nº 123/2006 e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar nº. 147/2014, Decreto Municipal de n.º 288 de 16 de Dezembro de 2005 e Decreto Municipal de n.º 075 de 03 de janeiro de 2017.
ENDEREÇO DA PAGINA NA INTERNET	www.buritialegre.go.gov.br
DECRETO DE NOMEAÇÃO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO	Decreto Municipal nº 0102/2018 do dia 10 de dezembro de 2018
LOCAL DA REALIZAÇÃO	Prédio da Prefeitura Municipal de Buriti Alegre – Rua Goiás, nº. 563, Centro, 1º andar, (Departamento de Contratos e Licitações).
Na hipótese de não haver expediente na data acima referida, fica este Pregão Presencial, automaticamente, transferido para o dia útil subsequente àquele, na mesma hora e local.	
O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, cuja minuta encontra-se prevista no Anexo VIII e nas condições previstas neste Edital.	

ÍNDICE GERAL

1 - Edital

- 1.1 - Item I - Objeto
- 1.2 - Item II - Solicitação de Esclarecimento e Impugnação
- 1.3 - Item III - Condições de Participação
- 1.4 - Item IV - Realização da Licitação
- 1.5 - Item V - Credenciamento como Condição de participação
- 1.6 - Item VI - Da Sessão do Pregão
- 1.7 - Item VII - Proposta Comercial
- 1.8 - Item VIII - Abertura e Julgamento da Proposta comercial
- 1.9 - Item IX - Habilitação
- 1.10 - Item X - Dos Recursos Administrativos
- 1.11 - Item XI - Da Adjudicação e Homologação do Certame
- 1.12 - Item XII - Das Amostras
- 1.13 - Item XIII - Prazo de Vigência da Ata
- 1.14 - Item XIV - Local de Entrega/Condições
- 1.15 - Item XV - Das Condições de Pagamento
- 1.16 - Item XVI - Do Preço, da Revisão, da Alteração e do Cancelamento
- 1.17 - Item XVII - Recursos Orçamentários
- 1.18 - Item XVIII - Das Condições de Retirada e Assinatura da Ata de Registro de Preços
- 1.19 - Item XIX - Das Responsabilidades e Obrigações das Partes
- 1.20 - Item XX - Sanções Administrativas
- 1.21 - Item XXI - Da Fiscalização
- 1.22 - Item XXII - Das Disposições Gerais

02 - ANEXOS

- 2.1 - Anexo I - Termo de Referência
- 2.2 - Anexo II - Modelo de Procuração
- 2.2 - Anexo III - Carta de Credenciamento
- 2.3 - Anexo IV - Modelo de Declaração de Inexistência Fatos Impeditivos
- 2.4 - Anexo V - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos Previstos no Edital
- 2.5 - Anexo VI - Modelo de Declaração (art. 7º, XXXIII CF)
- 2.6 - Anexo VII - Declaração ME / EPP
- 2.8 - Anexo VIII - Minuta da Ata de Registro de Preço

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: **REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019**

Processos nºs: **02118, 02119, 02120, 02121, 2122/2019.**

Tipo: **Menor Preço por Item**

Exclusivo: **Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedor Individual – MEI**

O MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Goiás, nº 563, Centro, Buriti Alegre - GO, inscrito no CNPJ nº 01.345.909/0001-44, por intermédio do Pregoeiro e equipe de apoio, designada pelo Decreto Municipal nº 0102/2018, de 10/12/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO**, com adjudicação e aceitabilidade do valor por **ITEM**, forma de fornecimento **PARCELADA**, conforme a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993 e pelas respectivas alterações dadas pela Lei nº 8.883 de 08/06/1994 e Lei Complementar nº 123/2006 e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar nº. 147/2014, e pelas regulamentações dada pelo Decreto Municipal de n.º 0288 de 16 de Dezembro de 2005 e Decreto Municipal de n.º 075 de 03 de Janeiro de 2017, e demais legislações pertinentes, bem como autorização do Exmo. Srº Prefeito Municipal de Buriti Alegre, de acordo com as descrições e especificações contidas nos anexos integrantes deste Edital.

1 – OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios, Carnes, Hortifrutigranjeiros, Pães e Quitandas, Leite pasteurizado tipo “c” e outros Derivados, destinados para atender as necessidades das Secretarias e departamentos da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, deste Município de Buriti Alegre, Estado de Goiás, através do Sistema de Registro de Preço.

1.2 - Optou-se pelo Sistema de Registro de Preço, fundamentado no inciso I e II, do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, uma vez que convém a Prefeitura e os Fundos Municipais de Buriti Alegre, o fornecimento e entrega parcelada do objeto, de acordo com a efetivação das necessidades previstas e com sua disponibilidade orçamentária;

1.3 - O quantitativo definitivo da aquisição inicial será indicado pelas CONTRATANTES à época da emissão da Ordem de Fornecimento, podendo sofrer alterações, em razão da demanda;

1.4 – Os itens listados, neste edital serão adquiridos de acordo com o especificado no termo de referência desta licitação, e de acordo com a necessidade da Prefeitura e os Fundos Municipais de Buriti Alegre. Sendo que, não necessariamente serão adquiridos em sua totalidade, pois os mesmos encontram-se em quantidades estimadas, não constituindo sob hipótese alguma, garantia de faturamento total, por isso, a Prefeitura e os Fundos Municipais de Buriti Alegre, não se responsabilizará por prejuízos financeiros e não cabendo por parte da licitante qualquer recurso sob alegação da expectativa da compra.

1.5. ATENÇÃO: A licitação é exclusiva à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e Microempreendedor Individual, conforme determinação do art. 48, I, da lei complementar 123/2006. Quando não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou e Microempreendedor Individual, participando do certame (sediados local ou regionalmente) de acordo com o Art. 49, II, da Lei Complementar 123/2006. O Pregoeiro convocará as demais licitante(s) para participar(em) do certame, conforme art. 49, inciso III da Lei Complementar 123/06.

2 - SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO

2.1 - Qualquer licitante ou pessoa poderá, através do telefone (64) 3444-9908 ou via e-mail: **Licitacaoburitialegre@hotmail.com**, solicitar esclarecimentos ou providências, em até três (03) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas;

2.2 - A impugnação do Edital será feita nos termos do Art. 12, do Decreto Federal nº 3.555, de 08 de novembro de 2.000, por tanto até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão;

a) As impugnações, obrigatoriamente, deverão ser formalizadas por escrito, devidamente assinadas por representante legal, e protocolizada pessoalmente na Sala do Departamento de protocolo da Prefeitura Municipal, sediada na Rua Goiás, nº 563, Centro, em Buriti Alegre - Goiás, no prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas e habilitação, em horário de expediente (**de 7h às 11h das 13h às 17h, de segunda a sexta**). Não sendo aceito de forma alguma pedidos de impugnação por e-mail;

2.3 - Os questionamentos e impugnações serão respondidos e disponibilizados a todos os interessados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do seu recebimento;

2.4 - É de exclusiva responsabilidade do interessado à obtenção de adendos e/ou esclarecimentos, não podendo alegar desconhecimento em relação às informações disponibilizadas relativas ao Edital.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - A presente licitação destina-se **EXCLUSIVAMENTE** nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações dada no art. Nº 18º-E, nos §§ 2º e 3º, da Lei Complementar nº 147/14, terá a participação microempresas, empresas e pequeno porte e microempreendedor individual, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.2 - Poderão participar desta licitação, qualquer empresa legalmente estabelecida no país, cuja o objeto constante do ato constitutivo/alteração contratual da empresa deverá ser compatível com o objeto licitado e que atenda as documentações e as exigências deste edital.

3.3 - Não poderão participar do certame:

3.3.1 Que tenham sócios, responsável técnico, ou integrante da equipe técnica, que sejam funcionários da Prefeitura Municipal de Buriti Alegre;

3.3.2 Às empresas que se encontram sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação;

3.3.3 Ou em regime de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.3.4 Empresas inadimplentes em obrigações assumidas com o Município de Buriti Alegre;

3.3.5 Empresas cujo **objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão**;

3.3.6 Empresas suspensas ou declaradas inidôneas pelo Município de Buriti Alegre, ou qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual e Municipal, ou que possuam fatos impeditivos de licitar com Órgão Público, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei Federa nº 8.666/93;

3.3.7 Empresas estrangeiras que não autorizadas a funcionar no País.

3.4 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis;

3.5 - Poderão participar da Sessão Oficial do Pregão Presencial, os representantes efetivamente credenciados;

3.6 - As empresas que se enquadrem como Empresa de Pequeno Porte ou Micro Empresa, conforme Lei Complementar 123/06, e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar n.

147/2014 e desejam se beneficiar desta, deverão apresentar declaração (anexo VII) assinada por representante legal da empresa ou contador da mesma, declarando expressamente que a empresa é ME ou EPP, e que não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da referida Lei. As declarações falsas estarão sujeitas as penalidades na forma da lei de licitações não excluindo as sanções da legislação penal. Sendo que esta declaração (anexo VII) deverá ser apresentada fora do envelope pelo representante da empresa no momento do seu credenciamento.

4 - REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

4.1 - Local, hora e dia de abertura: no prédio da Prefeitura Municipal, na sala de licitações e contratos, localizada na Rua Goiás, nº 563, 1º andar, Centro, Buriti Alegre - Goiás, no dia **11 de julho de 2019 as 8h00m**.

4.2 - Local, hora e período para retirada do Edital: Sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Goiás, nº 563, 1º andar, Centro, Buriti Alegre - Goiás, no horário das 7h às 11h, das 13h às 17h, a partir de sua publicação, até a data anterior aquela estipulada para sua abertura ou pelo site www.buritialegre.go.gov.br.

5 - CREDENCIAMENTO COMO CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

5.1 - Horário de credenciamento terá início **às 8h00m do dia 11/07/2019;**

5.2 - O licitante poderá vir representado por seu administrador/gerente ou por mandatário;

5.3 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada;

5.4 - Não será permitida a participação do mesmo representante para mais de uma empresa;

5.5 - Os poderes de representação deverão ser demonstrados junto ao Pregoeiro, somente no dia do certame, por meio de instrumentos públicos ou particulares, observando o seguinte:

5.5.1 - Os representantes das licitantes deverão se apresentar para o credenciamento junto ao Pregoeiro e equipe de apoio, devidamente munidos de: cópia da carteira de identidade ou cópia autenticada de documento legal equivalente e documento que o credencie a participar deste certame – procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, através da qual lhe seja atribuído poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante;

5.5.2 - No caso de credenciamento por instrumento de procuração particular, o representante da empresa deverá apresentar o contrato social ou alteração contratual consolidada, ou documento equivalente atualizado, no ato do credenciamento juntamente com a carteira de identidade ou outro documento legal que o credencie;

5.5.3 - O sócio, proprietário ou dirigente da empresa licitante deverá apresentar carteira de identidade ou documento legal equivalente e cópia do respectivo Contrato Social ou alteração contratual consolidada, ou documento equivalente atualizado. Se o representante for sócio não detentor de poderes para isoladamente formular propostas ou praticar atos de administração, os demais sócios participantes da administração, conforme dispuser o instrumento de constituição da empresa, deverão outorgar-lhe os poderes necessários através de procuração. Conforme itens 5.5.1 e 5.5.2;

5.6 - O documento de credenciamento poderá obedecer ao modelo do Anexo III, deste Edital e, se não o fizer, deverá conter todos os dados informativos necessários para o credenciamento;

5.7 - Na procuração ou na carta dirigida ao Pregoeiro deverão constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da proponente;

5.8 - **No credenciamento o licitante deverá apresentar declaração do representante legal, declarando que cumprem plenamente os requisitos de habilitação; o teor do art. 4º, inciso VII,**

da Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002, a qual deverá ser entregue no ato do credenciamento, modelo no Anexo V, deste Edital;

5.9 No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a licitante deverá apresentar no credenciamento a declaração (anexo VII) assinada por representante legal da empresa e ou contador, declarando expressamente que a empresa é ME ou EPP, e que não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar 123/06. As declarações falsas estarão sujeitas as penalidades na forma da lei de licitações não excluindo as sanções da legislação penal.

5.9.1 A licitante deverá ainda apresentar:

5.9.1.1 Certidão de enquadramento de porte registrado na junta comercial comprobatório de seu enquadramento como ME ou EPP, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007– D.N.R.C., **com data de emissão não superior a 60(sessenta) dias.**

5.9.1.2 A Certidão Simplificada é uma das certidões emitidas pela Junta Comercial, na qual são relatadas algumas informações básicas sobre a empresa tais como nome empresarial, CNPJ, data de início de atividade, atividades econômicas, capital social, sócios e suas respectivas participações no capital social e filiais nesta unidade da federação ou fora dela (quando existirem), por isso tal documento é solicitado neste certame.

5.9.1.3 A não entrega da Certidão de Enquadramento de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, ou apresentação de documento diferente do exigido no item 5.9.1.1, deste edital, implicará na anulação do direito da mesma em usufruir o regime diferenciado garantido pela Lei Complementar 123/06, mesmo que o representante declare que os documentos comprobatórios estejam junto ao envelope de Habilitação.

5.10 - O credenciamento da licitante e de seu representante legal, junto ao Pregoeiro, implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial;

5.11 - Os documentos necessários ao credenciamento de representante poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pelo Pregoeiro ou equipe de apoio da Prefeitura Municipal.

5.11.1 – **Os documentos do credenciamentos que forem apresentados em fotocópia sem autenticação em cartório competente, sejam apresentados com os respectivos originais ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, que fará autenticação até que se inicie ou durante ao credenciamento, na sala de licitação da Prefeitura de Buriti Alegre.**

5.12 - Todos os documentos relativos ao credenciamento do representante, devem estar fora dos envelopes de proposta ou de documentos de habilitação;

5.13 - Todas as declarações emitidas pela licitante deverão ser assinadas por seu representante legal com firma reconhecida em cartório, dando assim mais autenticidade nos documentos. Exceção no caso da pessoa responsável pela assinatura das declarações for a mesma credenciada para representar a licitante durante o certame, comprovadamente com poderes para tal, estando presente no certame para sanar qualquer eventualidade.

5.14 O licitante poderá optar pelo **envio via correio** de sua documentação, salientando que a mesma deverá alcançar o local a ser realizada a sessão **até o início da Fase de Credenciamento**. No caso da licitante que remeter proposta via postal (correios), a documentação acima estipulada e a Declaração (Anexo V – Declaração de Pleno atendimento aos requisitos do Edital), nos termos do art. 4º. Inciso VII da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, deverá ser enviada dentro de envelope próprio (sobrecarta), separada dos envelopes Propostas e Habilitação, aos cuidados do Pregoeiro, sob pena de desclassificação. (Obs.: Os licitantes devem incluir em um envelope todos os 03 (três) envelopes, quais sejam o de credenciamento, Proposta e Habilitação, para que não sejam separados durante a recepção dos mesmos).

5.15 Licitante(s) que desejarem enviar seus envelopes via postal (com AR – Aviso de

Recebimento) deverão remetê-los ao endereço constante do preâmbulo deste edital, aos cuidados do PREGOEIRO OFICIAL.

5.16 A Prefeitura Municipal de Buriti Alegre, não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Documentos de Habilitação” que não sejam entregues ao pregoeiro designado, no local, data e horário definidos neste edital.

5.17 O horário do credenciamento será a partir das **08:00 (oito)** horas, e o seu término se dará impreterivelmente quando do início da abertura dos envelopes de propostas anunciado pelo pregoeiro.

6 - DA SESSÃO DO PREGÃO

6.1 O Pregoeiro declarará aberta a sessão iniciando-se a fase de credenciamento, conforme item 5 deste.

6.2 Estando de posse da relação dos Licitantes credenciadas, o Pregoeiro fará divulgação verbal dos interessados, sendo que, os Proponentes credenciados poderão ofertar lances durante a sessão do pregão, dando-se início ao recebimento dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”.

6.3 Abertos os envelopes contendo as propostas de preços, serão feitas as suas conferências, análise de suas conformidades com as exigências do Edital e posterior rubrica pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e Licitantes.

6.4 Cumprido o Item 7, serão desclassificadas as propostas que:

6.4.1 Forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;

6.4.2 Apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de mercado;

6.4.3 Apresentarem proposta alternativa, ou oferta de vantagem baseada na proposta das demais Licitantes.

6.5 - Para fins de classificação das propostas, será considerado o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

6.6 - O Pregoeiro procederá à classificação da proposta de menor preço por item, e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10 % (dez por cento), relativamente à de menor preço item, para participarem dos lances verbais.

6.7 - Caso não haja pelo menos três propostas nas condições definidas no item 6.6, serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem os menores preços, até o máximo de três, já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos.

6.8 - Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais conforme item 6.7, a ordem para esses lances será definida através de sorteio. Aos Licitantes proclamados classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor.

6.9 - A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes.

6.10 - O lance sempre deverá ser inferior ao anterior ou da proposta de menor preço.

6.11 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

6.12 - O pregoeiro poderá negociar com o Licitante excluído da participação dos lances verbais, na forma do item 6.11, caso o Proponente vencedor seja inabilitado observado a ordem de classificação.

6.13 - Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº

123/2006 e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar n. 147/2014, entendendo-se por empate, neste caso, aquelas situações em que os lances verbais ofertados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço por item. Portanto, não havendo fases de lances, não haverá **“Direito de Preferência”**.

6.13.1 Para efeito do disposto no subitem 6.8 acima, ocorrendo o empate, serão adotados os seguintes procedimentos:

6.13.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada de menor preço por item para determinação da ordem de oferta dos lances;

6.13.3 Não ocorrendo à apresentação da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 6.13.2, acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.13.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.13.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.13.1 acima, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar menor preço item.

6.13.5 Na hipótese da não-ordenação das propostas nos termos previstos nos subitens 6.13.1 a 6.13.4 acima, será considerado o valor apresentado pela proposta originalmente de menor preço.

6.13.6 O disposto nos subitens 6.13.1 a 6.13.5 acima somente se aplicará quando o menor preço por item inicial não tiver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte;

6.14 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades cabíveis.

6.15 Caso não se realize lances verbais serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a Proponente para que seja obtido melhor preço.

6.16 Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de **menor preço por item**.

6.17 O pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

6.18 Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo Licitante que a tiver formulado.

6.19 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a Proponente vencedora sendo-lhe adjudicados os objetos deste Edital pelo pregoeiro.

6.20 Se a Proponente não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro negociará diretamente com o Licitante melhor classificado e, se a oferta for aceitável, examinará o seu envelope “Documentos de Habilitação”, sendo declarado vencedor e a ele será adjudicado os objetos deste Pregão.

6.21 Na ocorrência do disposto no item 6.17, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a Proponente para obtenção de melhor preço.

6.22 Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo pregoeiro, Licitantes Credenciados presentes e membros da Equipe de Apoio. Os envelopes das demais Proponentes ficarão de posse da Administração que os devolverá após atendimento do objeto licitado ou os incinerará caso não sejam retirados no prazo fixado pelo Pregoeiro.

6.23 A Licitante vencedora, deverá apresentar nova proposta consolidada/realinhada, contendo os preços, unitário e global, obtidos através da negociação efetuada na fase de lances verbais, conforme o item 7.6.

7 - PROPOSTA COMERCIAL

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

7.1 - Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço especificado abaixo, na data e horário descrito no subitem 5.1 do presente Edital;

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE- GO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:
CNPJ DO LICITANTE:

7.2 - **O ENVELOPE Nº 01** - Deverá conter todos os elementos a seguir relacionados:

7.2.1 - A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, de forma mecanizada, em papel timbrado da empresa se houver ou pode ser sem timbre, em língua portuguesa, salvo as expressões técnicas de uso comum, sem emenda ou rasura devidamente rubricada, carimbada, datada e assinada;

7.2.2 Impreterivelmente devem constar na proposta de preços os valores monetários em reais, em algarismo, indicando a especificação completa, contendo MARCA/PROCEDÊNCIA de cada gêneros alimentícios cotado, respeitada às especificações básicas constantes do anexo I - Termo de Referência. Em suas discriminações e quantidade não poderão ser alterados pelas licitantes, exceto quando devidamente estabelecido em ERRATA relativa a erros formais, E/OU ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS, expedidos pelo Pregoeiro;

7.2.2.1 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma marca, um fabricante, um modelo e um preço para cada item do objeto desta licitação;

7.2.2.2 Os valores apresentados somente serão aceitos com até duas casas decimais após a vírgula R\$ 0,00 (tanto na proposta inicial e final, e também na fase de lances);

7.2.3 Preço unitário e total de cada Item, em moeda corrente nacional, apurado a data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes (frete), tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação;

7.2.4 Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

7.2.5 Declarar o prazo de entrega dos itens licitados, que não poderá diferenciar o que consta no termo de referência;

7.2.6 Condições de pagamento: em até 30 (Trinta) dias contados a partir da entrega dos gêneros alimentícios e da emissão da nota fiscal e recibo DEFINITIVO, devidamente atestado, pelo setor solicitante;

7.2.7 A proposta deve ter o valor total em algarismo e por extenso;

7.2.8 Na proposta deverá conter os dados completo do representante legal;

7.2.9 Indicar o nome do Banco, número da Agência e conta corrente para crédito dos pagamentos;

7.2.10 A proposta deverá está assinada pelo seu representante legal.

7.2.11 Somente serão aceitas as propostas prevendo o fornecimento na quantidade especificada para o item de acordo com o Termo de Referência (Anexo I do Edital).

7.3 - A licitante deverá considerar incluída nos valores propostos todas as despesas com transporte, taxas, impostos, licenças, encargos sociais, e demais, que possam influir direta ou indiretamente no custo da execução do objeto da presente licitação, e, ainda as despesas relativas à desmobilização de pessoal, quando couber;

7.4 - Havendo divergência entre os valores constantes do arquivo magnético e da proposta impressa, prevalecerá o valor constante da proposta impressa.

7.5 - Solicitamos da(s) empresa(s) licitante(s) que traga fora dos envelopes em mídia (CD, DVD e/ou pen drive), que apresente no ato do credenciamento as planilhas (credenciamento e proposta) que está disponibilizada para download no site da Prefeitura Municipal de Buriti Alegre, para agilizar a importação dos dados para o sistema de pregão do Município.

7.5.1 - O arquivo mencionado no 7.5, não poderá ser usado para a impressão da proposta comercial da licitante, sendo o mesmo apenas para apuração dos preços e maior agilidade no certame na fase de Classificação das propostas, e sua não apresentação não implica em aplicação de quaisquer penalidades.

7.6 - A(s) licitante(s) classificada(s), da Proposta de menor preço deverá encaminhar ao Pregoeiro sua Proposta de Preços AJUSTADA AO PREÇO FINAL, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do encerramento da abertura e julgamentos dos itens do certame, respeitando, sempre a ordem dos itens do edital.

8 - ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

8.1 - Na data, hora e local comunicados, declarada abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes após o início da abertura das propostas e seu julgamento será feito pelo critério de menor preço por item, observado todas as demais condições deste edital, na forma da lei;

8.2 - Ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, após a conferência do credenciamento dos representantes legais, mediante confronto do instrumento de credenciamento com seu documento de identificação, abrirão os envelopes nº 01, das empresas licitantes, onde serão analisados os seguintes procedimentos:

8.2.1 Verificação da conformidade das propostas com as especificações dos gêneros alimentícios e as demais exigências constantes deste edital, sendo rubricadas pelo Pregoeiro e pelos membros da equipe de apoio, bem como pelos demais representantes das licitantes;

8.2.2 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, sejam por serem omissas, por apresentarem irregularidade ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou ainda contrariar as especificações mínimas do objeto, exigidas no ato convocatório. O não atendimento das exigências em apenas um dos gêneros alimentícios implicará na desclassificação apenas do item que o item faz parte, o qual não atender a especificação do termo de referência;

8.2.3 Serão classificadas para a fase de lances verbais, além da licitante que apresentar a proposta de menor preço, por item, as licitantes que apresentarem as proposta em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de menor preço;

8.2.4 Quando não for verificada, no mínimo, três propostas escritas de preços, nas condições definidas no item “8.2.3”, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que os representantes das empresas licitantes que os representam, participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços constantes das referidas propostas escritas;

8.2.5 Em seguida, será dado início a etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes dos licitantes classificados, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

8.2.6 Os representantes das licitantes classificados serão convidados individualmente, de forma sequencial a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada com maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

8.2.7 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada, na forma do item “8.2.6”, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas;

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

8.2.8 Caso não se realizem lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado pela administração para a aquisição do objeto deste certame;

8.2.9 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, ao Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e valor, em conformidade com o edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito;

8.2.10 Sendo aceito o lance de menor preço de todos os itens, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação, com base nas exigências fixadas neste edital;

8.2.11 Se a licitante desatender as exigências para a habilitação, ao Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame, obedecendo ao valor de sua proposta final;

8.2.12 Nas situações previstas nas alíneas acima, ao Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço para a Administração;

8.2.13 Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e pelos representantes das empresas licitantes presentes;

8.3 - Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada;

8.4 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital e seus anexos;

8.5 - No caso de empate na fase de lances, será feito sorteio, obedecendo ao artigo 45, § 2º da Lei 8.666/93, e no caso de ME e EPP, será obedecido o Art. 44 § 2º da Lei Complementar nº123/2006;

8.6 - Encerrada a etapa de lances, ao Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, obtido por meio de pesquisa de mercado;

8.7 - Confirmada a aceitabilidade da proposta, ao Pregoeiro divulgará o resultado do julgamento do preço, procedendo à verificação da habilitação da licitante, conforme as disposições deste Edital e seus anexos;

8.8 - A classificação das propostas será pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observado o PREÇO UNITÁRIO MÍNIMO obtido por meio de pesquisa de mercado;

Parágrafo único: A habilitação se dará após a fase de lance de todos os itens forem concluída.

Obs.: A proposta consolidada da licitante vencedora do certame deverá obrigatoriamente ser assinada da forma tradicional, pelo representante legal, ou seja, com CNPJ da Empresa ou CPF do representante legal.

9 – HABILITAÇÃO

9.1 - O (s) licitante (s) detentora da melhor proposta ou lance deverá (ao) entregar na data prevista no subitem 5.1 deste Edital, sua documentação de habilitação, em envelope opaco, indevassável, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE- GO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:
CNPJ DO LICITANTE:

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

9.2 - Os proponentes deverão apresentar todos os documentos relacionados abaixo por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou por servidor público do Setor de Licitação, ou por publicação em órgão da imprensa oficial, sendo que os mesmos, em hipótese alguma, serão aceitos após o término da sessão destinada ao julgamento do presente pregão, sendo também vedado à juntada posterior de documentos habilitatórios;

9.3 - **As documentação de habilitação que forem apresentados em fotocópia sem autenticação em cartório competente, sejam apresentados com os respectivos originais ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, que fará autenticação até que se inicie ou durante a fase de habilitação, na sala de licitação da Prefeitura de Buriti Alegre.**

9.4 - **O ENVELOPE N° 02** - deverá conter todos os elementos a seguir relacionados:

9.5 – Habilitação Jurídica:

9.5.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.5.2 - Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.5.3 - Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício; ou

9.5.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.5.5 - Cédula de identidade e CPF do proprietário e dos respectivos sócios se houver;

Parágrafo Único: O objeto constante do ato constitutivo/alteração contratual da empresa deverá ser compatível com o objeto licitado.

Obs.: O contrato social poderá ser apresentado na sua forma consolidada.

9.6 – Qualificação Econômico-Financeira:

9.6.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor do juízo da comarca em que se localizara sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, da abertura do processo.

9.6.1.1 - Caso a sede da licitante seja jurisdicionada a outra Comarca, tal fato deverá ser devidamente comprovado através de documentação própria.

9.6.1.2 - A Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, requerida pelo item 9.6.1, se emitida diretamente através do site do Tribunal de Justiça do respectivo Estado (internet) será aceita como se expedida pelo distribuidor da sede da licitante fosse.

9.7 - Regularidade Fiscal:

9.7.1 Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda, atualizada para o exercício em curso;

9.7.1.1 - No caso do cartão de CNPJ não haverá necessidade de que a data de expedição seja aquela a que refere o item 9.15.3. Contudo o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, deverão conferir junto ao site da Receita Federal, se o CNPJ do licitante encontra-se ativo.

9.7.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades, comprovado através do Alvará de Localização e Funcionamento emitido pela Prefeitura do Município sede da licitante, (apresentar também a guia de recolhimento da taxa de alvará);

9.7.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal na forma da Lei, dentro do prazo de validade, compreendendo os seguintes documentos:

9.7.3.1 Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte;

9.7.3.2 Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal, da sede da licitante ou Certidão de não Contribuinte;

9.7.4 Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, regularidade à Seguridade Social ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante.

9.7.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); dentro do prazo de validade;

9.8 – Documentação relativa a Inexistência de fatos Impeditivos:

9.8.1 - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação (anexo IV).

9.9 – QUALIFICAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE TRABALHISTA

9.9.1 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei nº. 12.440, de 07 de junho de 2011).

9.9.2 - Declaração assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei, de que a licitante não possui em seu quadro funcional, menores de idade, na forma do inciso V, artigo 27 da Lei 8.666/93 com suas posteriores alterações e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo em anexo VI;

9.10 - **ALVARÁ DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA**, Estadual ou Municipal da sede da licitante, com o objeto pertinente a sua representatividade, com prazo de validade vigente. (Poderá ser entregue também a guia de recolhimento da taxa de alvará por se tratar de início de ano competência).

9.11 - DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

9.11.1 No caso de participação de Cooperativas estas deverão ser constituídas conforme Lei nº 5.764/71, desde que comprovem todos os requisitos de HABILITAÇÃO descritos neste edital, salvo aqueles que a própria lei os dispensar. Estando dispensadas de apresentação da documentação, devem declarar e comprovar que se encontram dispensadas, na forma da Lei, devendo mencionar o respectivo número da referida lei e, se assim não o fizer serão julgadas inabilitadas.

9.11.2 As cooperativas deverão apresentar também os seguintes documentos como requisito de habilitação:

I – Ata de fundação;

II – Comprovação expressa, de que a Cooperativa pode fornecer produtos a não cooperados;

III – Regimento interno;

IV – Regimento dos fundos (com ata de aprovação);

V – Ata de sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;

VI – No estatuto social deverá ser previsto que a Assembléia Geral é órgão máximo da sociedade e deve deter poderes de revisão sobre os atos da Diretoria.

9.12 Por tratar-se de fornecimento parcelado, a(s) licitante(s) vencedora(s) desta licitação fica obrigada a manter atualizada durante todo o período da execução do objeto da presente licitação as certidões descritas no subitem 9.7, do item 9 deste edital.

9.13 Todos os documentos de regularidade fiscal e trabalhista apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço, devendo ser observado o seguinte:

9.13.1 - Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ;

9.13.2 - Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz;

9.13.3 - Se a licitante for a matriz e o fornecedor do bem for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.

9.14 - *Os documentos já apresentados na fase de credenciamento são dispensados na fase de habilitação.*

9.15 - Observações do item “Documentação de Habilitação e Credenciamento”

9.15.1 - A documentação exigida nesse título deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas Federal, Estadual e Municipal;

9.15.2 - A aceitação dos documentos obtidos via "Internet" ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, se a Equipe de Apoio do Pregão houver dúvida quanto à sua autenticidade;

9.15.3 - Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 60 (sessenta) dias entre a data de sua expedição e a da abertura do certame;

9.15.4 - Os documentos supra relacionados (referentes à habilitação e credenciamento) poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por funcionário da Administração apto ou publicação em órgão de imprensa oficial;

9.15.4.1 As cópias dos documentos de habilitação não autenticadas em cartórios poderão ser apresentadas com os respectivos originais para autenticação por funcionário da Administração (Setor de Licitação), em até minutos antes da data e hora da abertura desta Licitação;

9.15.5 - **As declarações emitidas pela licitante deverão estar com firma reconhecida em Cartório competente. Exceção no caso da pessoa responsável pela assinatura das declarações for à mesma credenciada para representar a licitante durante o certame, comprovadamente com poderes para tal, estando presente no certame para sanar qualquer eventualidade;**

9.15.6 - Os documentos exigidos na habilitação não poderão ser substituídos por nenhum tipo de comprovante de pagamento, protocolo ou declaração de entrega ou solicitação que indique que o mesmo encontra-se em processo de tramitação;

9.15.6.1 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

9.15.6.2 Os documentos de que trata o título 9, não poderão ser apresentados, em hipótese alguma, através de meio magnético, filmes, discos ou fitas;

9.15.7 - A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com as exigências editalícias ou que contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, ao Pregoeiro considerará a Proponente inabilitada;

9.15.8 - **Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;**

9.15.9 - A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que apresentarem alguma restrição na comprovação da documentação em relação à **regularidade fiscal**, a licitante será declarada vencedora do certame, nos termos do §1º, do art. 43, da lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, art. 43, majorando assim de dois dias úteis para cinco dias úteis o prazo para apresentação de nova certidão.

9.15.9.1 Porém, a licitante terá que ter cumprido as exigências do credenciamento, comprovando está realmente enquadrada como Micro Empresa ou EPP.

9.15.10 - Na hipótese de declarada vencedora, o Pregoeiro dará ciência às demais licitantes dessa decisão e intimará a licitante vencedora para, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração citada neste subitem, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, promover a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

9.15.11 - A não regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

9.15.12 - É facultada ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na documentação solicitada e na proposta apresentada, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

10 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Declarado o vencedor da licitação, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer no final da sessão, nos termos do Art. 4º, XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002. Salvo lembrar que o recurso contra a decisão do PREGOEIRO não terá efeito suspensivo no processo, em conformidade ao Decreto Federal nº 3.555, de 8 de agosto de 2.000, art. 11, inciso XVIII;

10.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na desistência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor, conforme artigo 4º, inciso XX, da Lei nº 10.520/2002;

10.3 - Havendo interesse em recorrer, será concedido ao licitante o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, contado o prazo a partir do encerramento da sessão;

10.4 - Neste caso, os demais licitantes, ficarão desde logo intimados a apresentar contrarrazões, no mesmo prazo estipulado no artigo anterior, sendo-lhes assegurado visto dos autos;

10.5 - O acolhimento do recurso importará, apenas, na invalidação dos atos insusceptíveis de aproveitamento;

10.6 - Se todos (as) os (as) licitantes estiverem presentes e declinarem do direito recursal, o processo seguirá o seu curso normal, fato este que será constado também em ata, com assinatura de todos os presentes juntamente com os membros da Comissão. O Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao(s) licitante(s) vencedor(es), com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente;

10.7 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o

procedimento licitatório;

10.8 - Os recursos, obrigatoriamente, deverão ser formalizados por escrito, devidamente assinado por representante legal, e protocolizado pessoalmente na Sala do Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Goiás, nº 563, Centro, em Buriti Alegre - Goiás, no prazo de até 03 (três) dias úteis, em horário de expediente (de 7h às 11h das 13h às 17h de segunda a sexta).

11 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME

11.1 DA ADJUDICAÇÃO DO CERTAME

11.1.1 – Declarado o licitante vencedor o Pregoeiro adjudicará, ao mesmo o objeto da licitação, apenas para Efeito de Preferência de Fornecimento em caso de equivalência de preços e condições, e posteriormente encaminhará à autoridade competente para homologação do certame com base no art. 4º, XV, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.1.2 - Ocorrendo a interposição de recurso, restará o Pregoeiro arguir sobre as condições e pressupostos processuais podendo reconsiderar de ofício ou manter sua posição, subindo os autos devidamente instruídos, a autoridade competente, no prazo de até 03 (três) dias úteis, para decisão em igual período contado do recebimento, nos termos do art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2 - DA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME

11.2.1 – Avaliada a classificação e aceitabilidade da proposta e apreciada a documentação de habilitação, após a adjudicação para efeito de preferências de fornecimento em casos de equivalência de preços e condições, o certame será Homologado pela autoridade competente, e os licitantes promoverão a assinatura do contrato, no prazo de até 10 dias úteis contados da notificação em audiência ou qualquer meio de notificação formal.

11.2.2 - Após a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro, juntamente com o relatório de julgamento, a autoridade superior competente efetivará juízo de conveniência acerca do procedimento licitatório, podendo homologar o certame, ou se for o caso, mediante decisão fundamentada poderá revogar a licitação em um todo ou parte dela.

11.2.3 – Poderá gerar a qualquer momento a assinatura da Ata de Registro dos preços, em especial nos termos do deste edital.

11.2.4 - A recusa injustificada do adjudicatário em fornecer os itens no prazo estipulado pela Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita aos licitantes remanescentes que se negarem a aceitar a contratação.

11.2.5 – O extrato da ARP será devidamente publicado, nos meios de publicação necessários e no site oficial, local de publicações na sede administrativa do município de Buriti Alegre – GO, e no endereço eletrônico www.buritialegre.go.gov.br.

12 DAS AMOSTRAS

12.1 – A amostra **poderá ser** solicitada ao(s) licitante(s) detentor(es) do menor preço e, se necessário, à subsequente observada à sequência de classificação;

12.2 A amostra deverá ser encaminhada ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da comunicação. As amostras recebidas fora do prazo previsto terão sua cotação desconsiderada para efeito de julgamento;

12.3 A amostra que apresentar problemas durante a análise acarretará a desclassificação da proposta do licitante;

12.4 Será permitido aos licitantes acompanhar a análise das amostras pelo departamento competente.

13 - PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

13.1 - A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da assinatura.

14 - LOCAL DE ENTREGA/CONDIÇÕES:

14.1 - A entrega do objeto observará ao seguinte:

14.1.1 - Os gêneros alimentícios, solicitado serão entregues com o prazo não superior 72 (setenta e duas) horas, contados da emissão da Ordem de Compra, em horário comercial.

14.1.2 Local da entrega: no departamento de compras do município, ou nos locais indicados na ordem de fornecimento, dentro do perímetro urbano.

14.1.3 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues e acompanhados da nota fiscal, que deverá conter descrição dos itens, quantidade, preço unitário e total, em conformidade com a solicitação de compra.

14.1.4 - Os gêneros alimentícios deverão ser entregues em perfeito estado conservação, sem sinais de violação, sem aderência, sem inadequação, no que exige o termo de referência do edital.

15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 - A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE;

15.1.1 Condições de pagamento: a ser pago no prazo de até trinta (30) dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos gêneros alimentícios efetivamente fornecidos no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pela CONTRATANTE e de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo setor competente, observadas a condições da proposta adjudicada e da Ordem de Fornecimento emitida;

15.2 - Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal ou fatura deverá estar acompanhada as comprovação da **regularidade fiscal (item 9.7) do edital**;

15.3 - O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, se os gêneros alimentícios fornecidos não estiverem em perfeitas condições ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas, de acordo com o processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019;

15.4 - A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste processo;

15.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento;

15.6 - O fiscal da CONTRATANTE deverá encaminhar ao setor financeiro, em até 05 dias úteis após o recebimento definitivo dos gêneros alimentícios, a Nota Fiscal/Fatura, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento;

15.7 - A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado

pela CONTRATANTE, o qual somente atestará o fornecimento do objeto e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas relativas ao objeto do presente Edital;

15.8 - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

15.9 – OS SETORES FINANCEIROS da Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre terá o direito de descontar das faturas, quaisquer débitos da **CONTRATADA**, em consequência de penalidades aplicadas.

16 - DO PREÇO, DA REVISÃO, DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO

16.1 - Os itens do presente Edital será fornecido pelo preço ofertado na proposta da licitante vencedora, que será fixo e irrevogável, podendo, contudo, ser revisto, observadas as prescrições contidas nos Arts. 17 a 19 do Decreto nº 7.892/2013;

16.2 - Os preços ajustados já levam em conta **todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como tributos e encargos sociais, transportes entre outros;**

16.3 - O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

16.3.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão contrato, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

16.3.2 A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias - primas, de transporte de mercadoria, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

16.3.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorridos repercute no valor total pactuado;

16.3.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

16.4 - A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº. 7.892, de 2013;

16.5 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo da possibilidade de alterações dos contratos eventualmente firmados.

Parágrafo Único: Independente de solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado, publicando as alterações na Imprensa Oficial do Município.

17 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 - Em conformidade com o disposto no art. 7º inciso 2º do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, as despesas decorrentes do presente processo têm adequação orçamentária e financeira anual e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA 2019, sendo que as despesas contratadas serão pagas através de recursos consignados nas seguintes dotações orçamentárias:

03 – Prefeitura Municipal

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

03.02 – Secretaria de Administração
03.02.04.122.0438.2011- Manut. das Atividades da Secretaria de Administração e Planejamento
044 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso: 100 - Recursos Ordinários

03 – Prefeitura Municipal
03.07 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
03.07.12.361.1238.2033- Manutenção do Ensino Fundamental
0094 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recursos: 101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação
115 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE

03 – Prefeitura Municipal
03.07 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
03.07.12.365.1238.2045- Manutenção do Ensino Infantil
0134 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recursos: 101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação
115 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE
124 - Transferências de Convênios - Estado/ Educação

03 – Prefeitura Municipal
03.16 – Secretaria de Ação Urbana, Transporte e Transito
03.16.15.452.1538.2.154 - Manutenção da Secretaria de Ação Urbana, Transporte e Transito
0248 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso: 100 - Recursos Ordinários

06 – FMS
06.01- Fundo Municipal de Saúde
06.01.10.301.1038.2122 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde
0304 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso: 102 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

06 – FMS
06.01- Fundo Municipal de Saúde
06.01.10.301.1038.2123 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica
0313 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso: 102 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

06 – FMS
06.01- Fundo Municipal de Saúde
06.01.10.304.1038.2131 – Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde
0331 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso: 102 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

06 – FMS
06.01- Fundo Municipal de Saúde
06.01.10.305.1038.2132 – Manutenção do Bloco de Vigilância Epidemiológica
0337 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 102 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

07 – FMAS

07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

07.01.08.243.0838.2137- Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

0346 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 100 – Recursos Ordinários

07 – FMAS

07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

07.01.08.244.0838.2138- Manutenção das Atividades da Assistência Social

0356 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 100 – Recursos Ordinários

07 – FMAS

07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

07.01.08.244.0838.2145- Bloco P.S.E (PAEFI, MSE, CREAS, PTMC)

0365 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de Recursos: 100- Recursos Ordinários

129 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social-
FNAS

07 – FMAS

07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

07.01.08.244.0838.2146- Bloco P.S.B (SCFV, PBF, CRAS, PBV III, EQUIPE VOLANTE e Outros)

0371 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de Recursos: 100- Recursos Ordinários

129 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social-
FNAS

18 DAS CONDIÇÕES DE RETIRADA E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 - Findo o processo licitatório, a licitante vencedora será convocada a assinar a Ata de Registro de Preços relativos ao objeto desta licitação;

18.2 - O não comparecimento da licitante vencedora, dentro do **prazo de 10 (dez) dias úteis**, após regularmente convocada para a assinatura da Ata de Registro de Preços, retirada da Nota de Empenho, ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta ou lance final ofertado, devidamente atualizado;

18.3 - O prazo mencionado acima poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, conforme previsto no § 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/1993;

18.4 - Previamente à assinatura da ARP, a licitante vencedora deverá apresentar as certidões do item 9.7.3, 9.7.4, 9.7.5 e 9.9.1 deste Edital e manter atualizadas perante a Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;

18.5 - A não regularização da documentação, no caso de a licitante vencedora apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal, no momento da assinatura da Ata de Registro de Preço e/ou retirada do empenho, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei no 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação;

18.6 - Quando a vencedora da licitação não fizer a comprovação acima referida ou quando,

injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, retirar as Ordens de fornecimentos, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação assinar a Ata de Registro de Preços, retirar a Nota de Empenho, sem prejuízo da multa prevista no item 20 deste Edital, e das demais cominações legais;

18.7 - Até a efetiva assinatura da Ata de Registro de Preços, poderá ser desclassificada a proposta da licitante vencedora, caso a Prefeitura, FMS e FMAS desta município de Buriti Alegre venha a ter conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento;

18.7.1 - Ocorrendo eventual desclassificação da proposta da licitante vencedora, a Prefeitura, FMS e FMAS deste município de Buriti Alegre poderá convocar as licitantes remanescentes observadas o disposto neste Edital e a ordem final de classificação das propostas/lances;

18.8 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, bem como a Nota de Empenho poderá ser anulada, a qualquer tempo, com base nos motivos previstos nos Arts. 77 e 78, na forma do art. 79, da Lei nº 8.666/1993, assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa;

18.9 - É facultada a subcontratação do objeto deste Edital;

18.10- Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

18.10.1 - As adesões às atas somente poderão ser efetuadas com autorização do órgão gerenciador e, no caso, após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata. Após a autorização do órgão gerenciador, o "carona" deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata;

18.10.2 - Para fins de autorização, só serão aceitos pedidos de adesões às atas que não excedam, por órgão ou entidade solicitante, **a 100% (cem por cento)** dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços;

18.11- As autorizações de compras serão geradas conforme solicitação do órgão requisitante.

19 - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

19.1 - Caberá à Contratada, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas neste Edital e daquelas constantes do Termo de Referência (**Anexo I deste Edital**) e na ARP:

19.1.1 - Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto desta licitação;

19.1.2 - Manter, durante o período de vigência da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.1.3 - Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

19.1.4 - Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

19.1.5 - Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio Municipal em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;

19.1.6 - Providenciar que seus contratados portem crachá de identificação quando na execução do objeto à CONTRATANTE;

19.1.7 - Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, igualmente, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou

extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato a ser firmado;

19.1.8 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

19.1.9 - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

19.1.10 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

19.1.11 - Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste processo licitatório;

19.1.12 - É obrigação da contratada, possuir condução adequada para transportar os gêneros alimentícios solicitadas o qual deverá atender todas as exigências das normas vigentes;

19.1.13 - A registrada deverá obrigatoriamente informar até a assinatura da Ata de Registro de Preços todos os dados completos (nome completo, e-mail, telefone, RG e CPF) do responsável em receber nossos e-mails, documentações, receber pedidos com as ordens de compra o qual terá contato direto com o Setor de Compras e o Fiscal do município de Buriti Alegre (responsável pelo almoxarifado). E sempre que houver mudanças de pessoal responsável, nos enviar os dados completos do substituto;

19.2 - Caberá a Prefeitura, FMS e FMAS desta município de Buriti Alegre, sem prejuízo das demais disposições inseridas neste Edital e daquelas constantes do Termo de Referência (Anexo I deste Edital):

19.2.1 - Supervisionar a execução do objeto do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;

19.2.2 - Permitir o acesso do pessoal da(s) REGISTRADA(S) ao local da execução do objeto do Termo de Referência (Anexo I deste Edital);

19.2.3 - Prestar à(s) registrada(s), em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto;

19.2.4 - Impedir que terceiros executem o objeto deste Edital;

19.2.5 - Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente;

19.2.6 - Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do objeto, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

20 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 - Se no decorrer da **sessão pública da licitação** ou **na execução do objeto** do presente Edital, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a LICITANTE/CONTRATADA, esta, sem prejuízo das demais sanções previstas nos Arts. 86 a 88, da Lei nº 8.666/93, poderá sofrer as seguintes penalidades:

20.1.1 Advertência por escrito;

20.1.2 Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta ou lance ofertado pela LICITANTE DESISTENTE devidamente atualizado, na hipótese de desistência injustificada do lance, ou após o ENCERRAMENTO da fase de lances, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Arts. 86 a 88, da Lei nº 8.666/93, inclusive de impedimento de licitar e contratar com a Administração;

20.1.3 Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta ou lance final ofertado devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/1993, na hipótese de recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de

Registro de Preços, retirar a Nota de Empenho (Ordem de Fornecimento), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;

20.1.4 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação devidamente atualizado, quando for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Edital, no Termo de Referência e/ou na ata de registro de preços;

20.1.5 Pelo atraso injustificado para o início do fornecimento do objeto (para a entrega dos gêneros alimentícios), multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) incidente sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, a ser cobrada pelo período máximo de 30 (trinta) dias. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, o contrato poderá ser rescindido e a Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada;

20.1.6 Pela inobservância dos demais prazos atrelados à execução do objeto, multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) incidente sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, a ser cobrada pelo período máximo de 30 (trinta) dias. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, o contrato poderá ser rescindido e a Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada;

20.1.7 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual e/ou cancelamento da Ata de Registro de Preços por culpa da CONTRATADA;

20.2 - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/1993 inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados a Prefeitura, FMS e FMAS de Buriti Alegre;

20.3 - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO;

20.4 - O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura ou de crédito existente na Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, em favor da CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei;

20.5 - A licitante que, convocada no prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com Administração, além, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no Contrato e das demais cominações legais;

20.6 - As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

20.7 - Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso no fornecimento do objeto advier de caso fortuito ou de força maior;

20.8 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único: Dos atos praticados pela CONTRATANTE cabem recursos na forma prevista no artigo 109 da lei nº 8.666/1993.

21 - DA FISCALIZAÇÃO

21.1 - O acompanhamento e a fiscalização das entregas dos itens do objeto desta Licitação serão exercidos por meio de um representante denominado Fiscal e um substituto, designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 67, da

Lei nº 8.666/1993, e suas alterações;

21.2 - Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização;

21.3 - Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto inerentes ao objeto desta licitação, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste;

21.3.1 - A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes;

21.4 - Os gêneros alimentícios licitados deverão estar rigorosamente dentro das normas vigentes da ABNT e /ou INMETRO e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, sendo que a inobservância desta condição implicará a sua recusa, bem como a sua devida adequação/substituição, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização;

21.5 - As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

22 – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 - Lavrar-se-ão Atas das reuniões públicas do pregão que, depois de lidas e aprovadas, serão assinadas pelos seus membros e representantes das licitantes presentes;

22.2 - Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação;

22.3 - A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste edital e seus anexos, pois a simples apresentação da **PROPOSTA COMERCIAL** e **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** submetem a licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer por menor;

22.4 - Toda documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

22.5 - A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances;

22.6 - Na análise da documentação e no julgamento das propostas de preço, ao Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de Órgãos ou de profissionais especializados;

22.7 - Ao Pregoeiro, no interesse da Administração pública Municipal, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta, conforme disposto no § 3º do art. 43 da

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

Lei Federal nº 8.666/93;

22.8 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta;

22.9 - A participação da licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório e seus anexos, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

22.10 - As decisões do PREGOEIRO e sua Equipe de Apoio serão publicadas no “Jornal Diário de notícias” e/ou Portal Transparência do Município de Buriti Alegre (www.buritialegre.go.gov.br), quando for o caso, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei n.º 8.666/93 e demais esclarecimentos no Portal Transparência do município de Buriti Alegre;

22.11 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação;

22.12 – **A Prefeitura Municipal de Buriti Alegre poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;**

22.13 - As empresas e/ ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo que podem ser: via Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (64) 3444-9908 e/ou as publicações no jornal “Diário de notícias” ou Portal Transparência do Município de Buriti Alegre, e na página www.buritialegre.go.gov.br, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos;

22.14 - As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato administrativo;

22.15 - **É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o inciso 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993;**

22.16 - É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;

22.17 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, nos Decretos nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto Federal nº 7.892 de janeiro de 2013 e subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993;

22.18 - Para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou ações decorrentes deste Edital e/ou do Contrato Administrativo, ficam eleitos pelos licitantes o Foro da Comarca de Buriti Alegre – Estado do Goiás, com a renúncia de qualquer outro, especial, privilegiado ou de eleição que tenham ou venham ater.

Para conhecimento de todos, lavrou-se o presente Edital que será afixado no Placar de Avisos e Publicações da **Prefeitura Municipal de Buriti Alegre**, no lugar de costume, e seu extrato será publicado nos termos da lei.

Buriti Alegre - Goiás, 26 de junho de 2019.

João Alfredo Inácio de Mello
Pregoeiro Oficial

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

ANEXO I
TERMO DE REFERENCIA

Modalidade: **REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019.**

Processos n°s: **02118, 02119, 02120, 02121, 2122/2019.**

Tipo: **Menor Preço por Item.**

1 – OBJETO

Objetivando a aquisição de Gêneros Alimentícios, Carnes, Hortifrutigranjeiros, Pães e Quitandas, Leite e Derivados, destinados para atender as necessidades das Secretarias e departamentos da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ nº 01.345.909/0001-44, Fundo Municipal Saúde inscrita no CNPJ nº 11.267.244/0001-51, e Fundo Municipal de Assistência Social, inscrita no CNPJ nº 14.667.287/0001-12, deste Município de Buriti Alegre, Estado de Goiás

2 – DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DO OBJETO

2.1 - Considerando que a licitação é exclusiva para à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e Microempreendedor Individual, conforme determinação do art. 48, I, da lei complementar 123/2006. Quando não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou e Microempreendedor Individual, participando do certame (sediados local ou regionalmente) de acordo com o Art. 49, II, da Lei Complementar 123/2006. O Pregoeiro convocará as demais licitante(s) para participar(em) do certame, conforme art. 49, inciso III da Lei Complementar 123/06.

2.2 - As discriminação dos Itens com quantidade dos gêneros alimentícios, encontram-se na planilha abaixo.

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DOS ITENS	ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS	Valor Estimado
01	20	UND	AÇAFRÃO - 1KG	Açafrão com cheiro característicos próprios do produto acondicionados em embalagens de 1 kg.	34,97
02	965	UND	ACHOCOLATADO EM PÓ - 800GR	Achocolatado com cheiro e características próprias do produto acondicionado em embalagens plásticas ou latas, 800gr, contendo data de fabricação e validade do produto legível.	9,29
03	625	UND	AÇÚCAR CRISTAL - 5KG	Açúcar cristal tipo 1 cor clara, em embalagem reforçada de 5kg, acondicionados em fardos de 30kg.	11,13
04	35	UND	AÇÚCAR REFINADO - 1KG	Açúcar refinado especial, embalagem de 1kg.	207,26
05	20	UND	ADOÇANTE - 75ML	Adoçante dietético, líquido, a base de sucralose. Embalagem 75ml contendo data de fabricação e validade legível.	4,26
06	1850	UND	ÁGUA MINERAL - 200ML (COPO)	Água mineral natural sem gás, acondicionada em copos de 200ml, com tampa aluminada, embalagem pratica para consumo imediato com certificados de autorizações dos órgãos competentes e com validade para 12 (doze) meses.	0,96
07	55	UND	ÁGUA MINERAL - 20L (GALÃO)	Água mineral envazada diretamente na fonte e acondicionada em embalagem (galão) plástica de 20lts.	13,80

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

08	650	UND	ÁGUA MINERAL - 500ML	Água mineral natural sem gás, acondicionada em garrafas de 500 ml, com lacre inviolável, prazo de validade não inferior a 12 meses.	1,66
09	240	UND	AMIDO DE MILHO - 1KG	Amido de milho 100% puro excelente qualidade, pó branco, fino e de fácil escoamento, não devendo estar empedrado e isento de sujidades. Embalagem intacta de 1kg na embalagem deverá constar data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 6 meses na data da entrega.	8,60
10	2020	UND	ARROZ BRANCO 5KG	Arroz beneficiado tipo 1 longo, grãos selecionados acondicionado em embalagem plástica de 5kg em fardo reforçado de 30kg.	15,13
11	80	UND	AVEIA EM FLOCOS - 200GR	Aveia em flocos fino com cor, cheiro, textura e características próprias, acondicionado em embalagens plásticas de 200gr, contendo data de fabricação e validade do produto legível.	5,66
12	25	UND	AZEITE - 500ML	Azeite de oliva extra virgem em embalagem escura, contendo 500ml cada. Acidez máxima 0,5%. Data de fabricação e prazo de validade, informações dos ingredientes e composição natural.	18,63
13	270	UND	AZEITONA SEM CAROÇO - 280G	Azeitona verde sem caroço embalada em sachê de 280gr.	6,49
14	30	UND	BALA DE COCO - 600GR	Bala de coco, embalagem de 600gr.	11,63
15	110	UND	BALA MASTIGÁVEL - 600GR	Bala mastigável de diversos sabores, embalagem de 600grs.	7,29
16	125	UND	BATATA PALHA - 800GR	Batata Palha, embalagem de 800grs.	16,93
17	950	UND	BEBIDA LÁCTEA DE FRUTAS VERMELHAS COM IOGURTE - 1KG/1L	Bebida láctea (iogurte) acondicionada em embalagem de 1lt/1kg, sabor frutas vermelhas.	7,96
18	1260	UND	BISCOITO DOCE ROSQUINHA SABOR COCO - 800GR	Biscoito doce tipo rosquinha, sabor coco, valor energético - 127 kcal por porção de 30g ou 6 unidades, proteínas 2,5g por porção de 30g ou 6 unidades. Embalagem íntegra de 800g, na embalagem deverá constar data da fabricação data de validade e número do lote do produto. Fabricado a partir de matéria prima de primeira qualidade sãs e limpas. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de características organolépticas anormais e que se quebram com facilidade, aparência massa torrada. Validade mínima de 3 meses na data da entrega.	6,83
19	90	UND	BISCOITO DOCE ROSQUINHA SABOR COCO ZERO LACTOSE- 400G	Rosquinha de coco zero lactose, inteiro com cor, odor e sabor característicos do produto, acondicionados em embalagem de 400g com data de fabricação e validade legíveis.	5,83
20	890	UND	BISCOITO TIPO ÁGUA E SAL - 800GR	Tipo cream craker, a base de: farinha de trigo / gordura vegetal hidrogenada / açúcar / amido de milho / sal refinado / fermento / leite ou soro / outros, composição nutricional mínima: 12% de proteína / valor calórico 440 kcal, embalagem tipo 3 em 1. Serão rejeitados, os biscoitos mal cozidos, queimados e de características organolépticas anormais. Embalagem de 800gr.	8,29
21	450	UND	BISCOITO TIPO MAISENA - 800GR	Biscoito, tipo maisena, embalagem com 800g, com identificação do produto, prazo de validade e	8,29

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

				peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Com amostra.	
22	140	PCT	BISCOITO TIPO MAISENA ZERO LACTOSE - 400GR	Biscoito doce tipo maisena, zero lactose inteiro, cor, odor e sabor característicos, 400gr com data e fabricação e validade legível.	5,66
23	100	UND	BOMBOM RECHEADO - 1KG	Bombom recheado chocolate c/ recheio. Embalagem de 1kg.	32,93
24	2120	UND	CAFÉ EM PÓ - 250G	Café em pó, torrado, moagem fina, embalagem de 250 Gr, qualidade superior, a marca deve possuir Certificado do PQC - Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza, com validade de 12 meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro e data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem	6,96
25	150	UND	CALDO DE GALINHA C/ 6UND - 57GR	Caldo de galinha em tabletes em caixinha com 57g.	2,69
26	10	UND	CANELA EM CASCA - 500GR	Canela em pau embalagem integra 500gr, na embalagem deverá constar a data de fabricação, data de validade e número do lote do produto. As lascas devem estar inteiras e com boa aparência. O produto deve estar isento de sujidades, microrganismos. Validade mínima de 3 meses na data de entrega.	26,80
27	9	UND	CANELA EM PÓ - 500GR	Canela em pó embalagem integra 500gr, na embalagem deverá constar a data de fabricação, data de validade e número do lote do produto. As lascas devem estar inteiras e com boa aparência. O produto deve estar isento de sujidades, microrganismos. Validade mínima de 3 meses na data de entrega.	29,97
28	55	UND	CATCHUP - 300GR	Catchup em embalagem tetra pack de 300g.	3,88
29	60	UND	CHÁ MATE (SABOR NATURAL) - 40GR	Chá Mate de sabor natural, caixa com 25 saquinhos de 40 gramas.	6,76
30	30	UND	CHOCOLATE GRANULADO - 500GR	Chocolate granulado em embalagem de 500g.	25,33
31	42	UND	CHOCOLATE SOLÚVEL - 200GR	Chocolate solúvel em embalagem de 200g.	22,00
32	110	UND	COCO RALADO - 1KG	Coco ralado extraído através da técnica de desidratação da polpa dos melhores cocos, acondicionados em embalagens de 1kg.	34,60
33	40	UND	CORANTE COLORAU - 1KG	Colorau corante natural de urucum embalagem de 1kg, em pó, com identificação do produto, marca do produtor, prazo de validade e peso líquido. Livre de sujidades, parasitas, larvas, resíduos de fertilizantes, acondicionados em sacos de polietileno, atóxico e intacto.	9,26
34	500	UND	CREME DE LEITE - 200GR	Creme de Leite em embalagem treta pack de 200g.	3,28

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

35	180	UND	CREME DE MILHO - 500G	Creme de milho embalagem de 500gr, contendo data de fabricação, informações nutricionais e data de validade do produto mínima de 6 meses a a partir da data de entrega.	3,39
36	100	UND	ERVILHA CONGELADA - 300G	Ervilha congelada, produto preparado com as ervilhas previamente debulhadas, envazadas praticamente cruas, reidratadas ou pré-cozidas imersas ou não em líquido de cobertura apropriada submetida a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados, os recipientes utilizados a fim de evitar a sua alteração, embalagem 300gr.	6,77
37	30	UND	ERVILHA EM CONSERVA - 200GR	Ervilha em conserva, embalada em sachê com revestimento interno apropriado, peso líquido drenado de 200g, latas não devem estar amassadas ou estufadas.	2,25
38	1610	UND	EXTRATO DE TOMATE - 850GR	Extrato de Tomate embalagem integra de 850gr na embalagem deverá constar data da fabricação, data de validade e número do lote do produto. O extrato de tomate deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e sementes. É tolerada a adição de 1% de açúcar e de 5% de cloreto de sódio. O produto deve estar isento de fermentação e não indicar processamento defeituoso. Validade mínima de 3 meses na data da entrega.	8,16
39	535	UND	FARINHA DE MANDIOCA - 500GR	Farinha de mandioca, fabricadas a partir de matérias primas limpas, isentas de matéria terrosa e parasitas. Não podem estar úmidas, fermentadas ou rançosas. Produto obtido pela ligeira torração da raladura das raízes de mandioca, previamente descascada, lavada e isentas de radical cianeto. Embalagem integra de 500g, na embalagem deverá constar data da fabricação, data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 6 meses da entrega.	5,26
40	10	UND	FARINHA DE MILHO BIJU - 1KG	Farinha de milho, fabricadas a partir de matérias primas limpas, isentas de matéria terrosa e parasitas. Não podem estar úmidas, fermentadas ou rançosas. Produto obtido pela ligeira torração da moagem do milho. Embalagem integra de 1KG, na embalagem deverá constar data da fabricação, data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 6 meses da entrega.	5,88
41	475	UND	FARINHA DE TRIGO - 1KG	Farinha de trigo - Tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. 100% pura de excelente qualidade, pó branco, fino e de fácil escoamento, não devendo estar empedrado e isento de sujidades. Embalagem intacta de 1kg, na embalagem deverá constar data da fabricação, data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 6 meses na data da entrega.	3,53
42	80	UND	FARINHA DE TRIGO PARA QUIBE - 500G	Farinha de trigo para quibe, 500g.	3,76
43	2090	UND	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1 - 1KG	Feijão Carioca - Tipo 1 "in natura" - Embalagem de 1kg, validade 3 meses na data da entrega - grão de tamanhos e formas naturais maduros, limpos e secos.	8,16

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

44	150	UND	FEIJÃO PRETO - 1KG	Feijão Preto - Tipo 1 "in natura" - Embalagem de 1kg, validade 3 meses na data da entrega - grão de tamanhos e formas naturais maduros, limpos e secos.	8,66
45	550	UND	FERMENTO BIOLÓGICO SECO - 10G	Fermento em pó biológico seco, não granulado (fermento para uso na fabricação de pães, roscas, tortas), envelopes de 10g.	1,64
46	240	UND	FERMENTO EM PÓ - 250GR	Fermento em pó - Embalagem intacta de 250g, na embalagem deverá constar data da fabricação, data de validade e número do lote do produto.	6,83
47	185	UND	FUBÁ - 1KG	Fubá de milho moído, embalagem com pacotes de 1KG.	2,86
48	550	UND	GELATINA - 1KG	Gelatina - Preparado em pó para gelatina. Embalagem de 1kg, rendimento de 36 porções de 100g (3,6kg). Sabores: MORANGO, UVA, FRAMBOESA, LIMÃO, ABACAXI. Na embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, modo de preparo, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade e condições de armazenagem. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	16,22
49	900	UND	IOGURTE COM POLPA DE FRUTA NATURAL - 540G	Iogurte com polpa de fruta natural e 100% leite integral. O produto será embalado em cartelas de polietileno individual de 540g.	8,10
50	60	UND	IOGURTE COM POLPA DE FRUTA ZERO LACTOSE - 540G	Iogurte com polpa de fruta natural e 100% leite integral zero lactose. O produto será embalado em cartelas de polietileno individual de 540g.	9,43
51	260	UND	LEITE CONDENSADO - 270GR	Leite condensado em embalagem de treta pack de 270 g.	4,18
52	60	UND	LEITE DE COCO - 200ML	Leite de coco - Produto obtido de leite de coco pasteurizado e homogeneizado, podendo conter conservantes, acidulantes e/ou espessante. Embalagem de 200ml	5,73
53	60	UND	LEITE EM PÓ - 800GR	Leite em pó – fórmula infantil para lactantes de 6 a 12 meses, de procedência nacional, com proteínas modificadas em sua relação caseira, proteína de soro de leite. Enriquecida com Pré-Bióticos, sais minerais e vitaminas. Embalagem de 800 gr.	52,30
54	500	UND	MACARRÃO CORTADO - 500G	Macarrão cortado a base de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico com ovos. Embalagem plástica resistente, com 500gr do produto, rotulagem contendo informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega.	3,24
55	100	UND	MACARRÃO DE LETRINHAS PARA SOPA - 500G	Macarrão para sopa de letrinhas, com ovos, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 500gr, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega.	4,49

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

56	60	UND	MACARRÃO TIPO CONCHA - 500GR	Macarrão de sêmola, massa seca com ovos, formato Tipo Concha, Condicionado em embalagem transparente e intacta de 500g, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade e condições de armazenagem. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	4,23
57	285	UND	MACARRÃO TIPO ESPAGUETI - 500GR	Macarrão de sêmola, massa seca com ovos, formato Tipo Espaguete. Condicionado em embalagem transparente e intacta de 500g, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade e condições de armazenagem. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	3,19
58	1390	UND	MACARRÃO TIPO PARAFUSO - 500GR	Macarrão de sêmola, massa seca com ovos, formato Tipo Parafuso, Condicionado em embalagem transparente e intacta de 500g, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade e condições de armazenagem. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	3,24
59	130	UND	MAIONESE - 500GR	Maionese em embalagem tetra pack de 500g	4,33
60	25	UND	MANTEIGA DE LEITE - 1KG	Manteiga de leite com sal, embalagem de 1kg, na embalagem deverá constar data de fabricação, data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 3 meses na data da entrega	24,76
61	810	UND	MARGARINA CREMOSA COM SAL - 1KG	Margarina com sal, mínimo de 65% de lipídios, embalagem de 1kg, na embalagem deverá constar data de fabricação, data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 3 meses na data da entrega	8,99
62	140	UND	MASSA PARA CUZCUZ EM FLOCOS - 500G	Massa para cuscuz em flocos com cor e cheiro característicos do produto acondicionado em embalagens plásticas com data de fabricação e validade legível 500g.	2,56
63	30	UND	MILHO AMARELO PARA CANJICA - 500GR	Milho amarelo para canjica com grãos ou pedaços de grãos de milho que apresentam ausência parcial ou total do gérmen, em funções do processo de escarificação mecânica ou manual. Canjica extra ou quatro. Embalagem integra de 500g, na embalagem deverá constar data da fabricação, data da validade e número do lote do produto. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	2,54
64	300	UND	MILHO BRANCO PARA CANJICA - 500GR	Milho branco para canjica com grãos ou pedaços de grãos de milho que apresentam ausência parcial ou total do gérmen, em funções do processo de escarificação mecânica ou manual. Canjica extra ou quatro. Embalagem integra de 500g, na embalagem deverá constar data da fabricação, data da validade e número do lote do produto. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	4,29

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

65	400	UND	MILHO PARA PIPOCA - 500GR	Milho para pipoca com grãos inteiros de milho extra sem carunchos. Embalagem integra de 500g, na embalagem deverá constar data da fabricação, data da validade e número do lote do produto. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	3,01
66	110	UND	MILHO VERDE EM CONSERVA - 200GR	Milho Verde em Conserva - Embalagem de 200g com revestimento interno apropriado, sendo que a lata não deverá estar amassada ou estufada.	2,49
67	250	UND	MISTURA LÁCTEA CONDENSADA - 395G	Mistura láctea condensada de leite e soro de leite, 395g.	3,83
68	1690	UND	ÓLEO DE SOJA - 900ML	Óleo de soja refinado obtido de matéria prima vegetal em bom estado sanitário, estar isento de substância estranhas a sua composição. Aspecto límpido e isento de impurezas à 25°C, cor e odor característicos. Caixas de 20x900ml. Validade de 6 meses na data da entrega.	3,64
69	26	UND	ORÉGANO - 1KG	Orégano desidratado, em embalagem plástica transparente resistente, contendo 1kg, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingrediente, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega.	45,80
70	50	UND	PALMITO - 500GR	Palmito, embalagem de 500g	21,30
71	75	UND	PIRULITO - PCT 500GR	Pirulito de diversos sabores, embalagem de 800g	8,79
72	250	UND	POLVILHO DOCE TIPO CASEIRO - 1KG	Polvilho doce do tipo caseiro, em embalagem de 1kg contendo informações do fabricante, data de fabricação e número de lote, sem adição de fécula, com validade, mínima 6 meses a partir da data de entrega.	9,06
73	60	UND	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA - 400G	Proteína texturizada de soja (PTS) granulada com cheiro e características próprias do produto, acondicionado em embalagens plásticas ou lata de 400g, contendo data de fabricação e validade legível.	8,93
74	3400	UND	RAPADURA -25G	Rapadura pura, sem nenhum adicional no produto, contendo data de fabricação, validade mínima de 6 meses contendo 25g cada.	2,83
75	330	UND	REFRIGERANTE A BASE DE COLA - 2LTS	Refrigerante de primeira qualidade, composto de extrato de cola, água gaseificada, açúcar, permitido adição de caramelo e de essências, isentos de corantes artificiais, com validade mínima de 02 meses a contar da data da entrega, livre de sujidades, parasitas e larvas, acondicionada em pet com tampa de rosca contendo 2 litros.	7,03
76	330	UND	REFRIGERANTE A BASE DE GUARANÁ - 2LTS	Refrigerante de guaraná de primeira qualidade - bebida não alcoólica, fermentada, e gaseificada, composto por água mineral, gaseificada, açúcar, suco natural concentrado de guaraná, aroma natural de guaraná. Embalagem pet de 2 litros.	5,58
77	220	UND	REQUEIJÃO CREMOSO - 420G	Requeijão cremoso com amido de milho e reduzido o valor de gorduras totais. Embalagem de 420gr.	10,20

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

78	705	UND	SAL REFINADO 1KG	Sal refinado em pacotes de 1kg, iodado, na embalagem deverá constar data da fabricação data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 6 meses na data da entrega.	1,70
79	790	UND	SARDINHA - 125GR	Sardinha em lata com 125g, embalagem integra, sem vazamentos, bolores e amassado, na embalagem deverá constar data da fabricação, data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 6 meses na data da entrega.	4,08
80	800	UND	SUCO CONCENTRADO (SABOR ACEROLA) - 500ML	Suco de frutas concentrado embalados em garrafas de 500ml - Sabor Acerola.	5,19
81	1000	UND	SUCO CONCENTRADO (SABOR CAJU) - 500ML	Suco de frutas concentrado embalados em garrafas de 500ml - Sabor Caju.	5,13
82	1000	UND	SUCO CONCENTRADO (SABOR GOIABA) - 500ML	Suco de frutas concentrado embalados em garrafas de 500ml - Sabor Goiaba.	5,14
83	1000	UND	SUCO CONCENTRADO (SABOR MANGA) - 500ML	Suco de frutas concentrado embalados em garrafas de 500ml - Sabor Manga.	5,12
84	800	UND	SUCO CONCENTRADO (SABOR MARACUJÁ) - 500ML	Suco de frutas concentrado embalados em garrafas de 500ml - Sabor Maracujá.	5,99
85	80	UND	SUCO CONCENTRADO (SABORES DIVERSOS) - 500ML	Suco de frutas concentrado embalados em garrafas de 500ml - Sabores Diversos.	3,83
86	410	UND	SUCO DE FRUTAS (SABORES DIVERSOS) - 1LT	Suco de frutas vários sabores embalagem de 1 litro em tetra pack.	5,50
87	280	UND	SUCO EM PÓ - 1KG	Embalagem de 1 kg. Rendimento máximo de 25 litros por embalagem. Sabores: laranja com acerola, laranja, limão, maracujá, pêssego, manga, tangerina, uva, abacaxi, goiaba e caju. Na embalagem deverá constar modo de preparo, data da fabricação, data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 6 meses na data de fabricação.	12,35
88	90	UND	VINAGRE - 750ML	Vinagre de maçã em frascos de 750 ml.	5,24
89	70	UND	VITAMINA COM LEITE, IORGUTE E FRUTAS - 1L	Vitamina com leite, iogurte e frutas, acondicionado em embalagem de 1l.	8,31
90	235	KG	APRESUNTO	Presunto cozido de carne suína acondicionado em embalagem plástico atóxico. Embalagem deverá constar data da fabricação, data de validade e número do lote do produto e com a comprovação da inspeção SIF.	18,73
91	50	KG	BACON DEFUMADO	Bacon suíno defumado.	22,48
92	970	KG	CARNE BOVINA - TIPO COSTELA	Carne proveniente da espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção sanitária e veterinária constando o número de inscrição SIF ou SIE e manipuladas em condições higiênicas satisfatórias. Só serão aceito carne de segunda sem osso e/ou pedaços de nervos e gorduras aparente com cor vermelho vivo e aspecto saudável. Não serão aceito carne com odor, cor e sabor impróprios ao produto e/ou aspecto amolecido, pegajoso, esverdeado e pardacento.	11,42

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

93	4510	KG	CARNE BOVINA - TIPO MOIDA	Carne proveniente de machos da espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção sanitária e veterinária constando o número de inscrição SIF ou SIE e manipuladas em condições higiênicas satisfatórias. Só serão aceito carne de segunda sem osso e/ou pedaços de nervos e gorduras aparente com cor vermelho vivo e aspecto saudável. Sendo os cortes de músculo traseiro e acém. Não serão aceito carne com odor, cor e sabor impróprios ao produto e/ou aspecto amolecido, pegajoso, esverdeado e pardacento.	17,45
94	4150	KG	CARNE BOVINA - TIPO PEDAÇO	Carne proveniente de machos da espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção sanitária e veterinária constando o número de inscrição SIF ou SIE e manipuladas em condições higiênicas satisfatórias. Só serão aceito carne de segunda sem osso e/ou pedaços de nervos e gorduras aparente com cor vermelho vivo e aspecto saudável. Sendo os cortes de músculo traseiro e acém. Não serão aceito carne com odor, cor e sabor impróprios ao produto e/ou aspecto amolecido, pegajoso, esverdeado e pardacento.	17,95
95	1680	KG	CARNE DE FRANGO - COXA E SOBRECOXA	Congelada, não temperada, de boa qualidade em pacotes entre 1 kg a 2 kg, isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto, que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos, em pacote de 2 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade, produto e marca/procedência. Validade de no mínimo 3 meses a partir da entrega.	9,72
96	1200	KG	CARNE DE FRANGO - TIPO SASSAMI PCT 1KG	Carne de frango tipo sassami.	15,47
97	1900	KG	CARNE SUINA - TIPO PERNIL	Carne proveniente de machos da espécie suína, sadios, abatidos sob inspeção sanitária e veterinária constando o número de inscrição SIF ou SIE e manipuladas em condições higiênicas satisfatórias. Só serão aceito carne de segunda sem osso e/ou pedaços de nervos e aspecto saudável. Não serão aceito carne com odor, cor e sabor impróprios ao produto e/ou aspecto amolecido, pegajoso, esverdeado e pardacento.	16,47
98	400	KG	COSTELINHA SUÍNA	Carne proveniente da espécie suína, sadios, abatidos sob inspeção sanitária e veterinária constando o número de inscrição SIF ou SIE e manipuladas em condições higiênicas satisfatórias. Só serão aceito carne de segunda sem osso e/ou pedaços de nervos e aspecto saudável. Não serão aceito carne com odor, cor e sabor impróprios ao produto e/ou aspecto amolecido, pegajoso, esverdeado e pardacento.	17,32
99	450	KG	FÍGADO BOVINO	Fígado Bovino, in natura com cor, cheiro e sabor próprios, acondicionados em embalagem primaria de saco plástico transparente,	11,10
100	600	KG	FILÉ DE TILÁPIA	File de tilápia in natura, congelado sem pele. Com cor, cheiro e sabor próprios, sem manchas esverdeadas e parasitas, acondicionados em	32,85

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

				embalagem primária de saco plástico transparente, atóxico, com todas as informações do fabricante, com carimbo de inspeção e validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega, suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente em especial de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde, DIPOA n304 DE 22/04/96 e n145 de 22/04/96 e da Resolução da ANVISA n105 de 19/05/99. A rotulagem do pescado congelado comercializado deve atender a Instrução Normativa MAPA n22 de 24/11/05, devendo apresentar identificação e contato do fornecedor, nome do produto, peso, prazo de validade, informações nutricionais e selo de inspeção sanitária.	
101	6780	KG	FRANGO INTEIRO	Frango Congelada, de boa qualidade em pacotes entre 1,5 kg a 2 kg, isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto, que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos, em pacote devidamente selada, com especificação de peso, validade, produto e marca/procedência. Validade de no mínimo 3 meses a partir da entrega.	7,22
102	270	KG	LINGÜIÇA TIPO CALABRESA (PCT 5KG)	Lingüiça Tipo Calabresa, fabricada com carne suína de animais sadios, abatidos sob inspeção sanitária e veterinária constando o número de inscrição SIF ou SIE e manipuladas em condições higiênicas satisfatórias. Só serão aceito carne com cor vermelho vivo e aspecto saudável. Não serão aceito carne com odor, cor e sabor impróprios ao produto e/ou aspecto amolecido, pegajoso, esverdeado e pardacento.	20,07
103	500	UND	LINGÜIÇA TIPO FRANGO (PCT 5KG)	Lingüiça de frango acondicionada em embalagem plástica que protege de impurezas contendo data de validade e peso do produto. Pct de 5kg.	28,30
104	300	UND	LINGÜIÇA TIPO SUINA (PCT 5KG)	Lingüiça suína acondicionada em embalagem plástica que protege de impurezas contendo data de validade e peso do produto. Pct de 5kg.	36,60
105	190	KG	LINGÜIÇA TIPO TOSCANA (PCT 5KG)	Lingüiça Tipo Toscana, fabricada com carne suína de animais sadios, abatidos sob inspeção sanitária e veterinária constando o número de inscrição SIF ou SIE e manipuladas em condições higiênicas satisfatórias. Só serão aceito carne com cor vermelho vivo e aspecto saudável. Não serão aceito carne com odor, cor e sabor impróprios ao produto e/ou aspecto amolecido, pegajoso, esverdeado e pardacento.	15,12
106	750	KG	PEITO DE FRANGO	Peito de frango inteiro resfriado. Embalagem intacta, na embalagem deverá constar data da fabricação, data de validade e número do lote do produto. Não deverá apresentar superfície úmida, pegajosa, exsudado líquido, parte flácidas ou consistência anormal. Só serão aceitos produtos com a comprovação da inspeção SIF/DIPOA	11,72

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

107	1070	KG	SALSICHA	Preparada com carnes de primeira qualidade em bom estado sanitário, estar isento de substâncias estranhas a sua composição. Embalagem intacta, na embalagem deverá constar data da fabricação, data de validade e número do lote do produto. Não deverá aparentar superfície úmida, pegajosa, exsudado, líquido, partes flácidas ou consistência anormal. Não será tolerada a presença de manchas esverdeadas, pardacentas ou coloração sem uniformidade. Validade mínima de 3 meses na data da entrega.	10,17
108	550	KG	ABACATE	Abacate, 1ª qualidade, fresco, com casca lisa, sem ferimentos ou podridão, isentos de danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	3,26
109	1680	UND	ABACAXI TIPO PÉROLA	Tipo perola com 70% de maturação sem danificações físicas, casca íntegra. Peso por unidade de aproximadamente 1,3 kg.	5,33
110	740	KG	ABÓBORA CABOTIA	Tipo Cabotiá sadias, frescas, sem danificações físicas, casca íntegra. Isenta de substância terrosas, sujidades, parasitas, larvas, folhas resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho.	3,46
111	500	KG	ABÓBORA VERDE “ABOBRINHA”	Tipo verde (abobrinha) sadias, frescas, sem danificações físicas, casca íntegra. Isenta de substância terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho.	3,76
112	300	KG	ACELGA	Acelga fresca, de primeira qualidade tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, livre de resíduos fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	5,83
113	250	PCT	ALFACE	Aparência fresca e sã, colhidas ao atingir o grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento. Isentos de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades e larvas e defensivos agrícolas.	6,30
114	320	KG	ALHO SEM CASCA	Aparência fresca e sã, colhidas ao atingir o grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento. Isentos de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades e larvas e defensivos agrícolas.	27,47
115	170	KG	BANANA DA TERRA	Tipo Banana da Terra com 70% de maturação, sem danificações físicas, casca íntegra. Isenta de substâncias terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho.	4,33
116	5620	KG	BANANA TIPO PRATA	Tipo prata com 70% de maturação, sem danificações físicas, casca íntegra. Isenta de substâncias terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho	3,30
117	730	KG	BATATA DOCE	Frescas, de ótima qualidade. Compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações.	3,66

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

118	2400	KG	BATATA INGLESA	<p>Tipo inglesa (batatinha). Frescas, de ótima qualidade. Compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações.</p>	4,49
119	750	KG	BETERRABA	<p>Frescas, de ótima qualidade. Compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações.</p>	3,76
120	450	KG	CARÁ	<p>Cara in natura, ótimo estado de conservação, livre de sujidades e contaminação.</p>	3,66
121	1510	KG	CEBOLA NACIONAL	<p>Frescas, de ótima qualidade. Compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações.</p>	4,26
122	1510	KG	CENOURA	<p>Frescas, de ótima qualidade. Compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações.</p>	3,69
123	50	KG	CHEIRO VERDE	<p>Aparência fresca e sã, colhidas ao atingir o grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento. Isentos de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícolas.</p>	9,97
124	620	KG	CHUCHU	<p>Aparência fresca e sã, colhidas ao atingir o grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento. Isentos de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícolas.</p>	3,80
125	150	KG	COUVE	<p>Aparência fresca e sã, colhidas ao atingir o grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento. Isentos de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícolas.</p>	9,83
126	40	KG	COUVE FLOR	<p>Deverão apresentar coloração e tamanho uniforme e típicos da variedade, não serão permitidos defeitos nas verduras que afetem a sua conformação e aparência típicos da variedade. Deverão estar frescas e isentas de insetos e enfermidades e de danos por eles provocados. Estarem livres de folhas externas sujas de terra aderente e isentas de umidade externa anormal, cor e sabor estranhos.</p>	8,13

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

127	500	KG	INHAME	Inhame extra AA, in natura, tenro (macio), graúdo, proceder de espécies genuínas e frescas, ter atingido o grau de evolução e maturação, polpa íntegra e firme. Isento de brotos, lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos a superfície externa livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas.	3,93
128	5130	KG	LARANJA TIPO PERA	Tipo Pera com 70% de maturação. Sem danificações físicas, casca íntegra. Isenta de substâncias terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho. Peso por unidade de aproximadamente 180 grs.	2,99
129	20	KG	LIMÃO TAITI	Procedente de planta sadia, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem mecânica ou por insetos que afetem suas características, não conter substância terrosa, sujidades, produtos químicos ou corpos estranhos aderentes, com aroma e sabor estranho, tamanho médio e uniforme.	4,30
130	1540	KG	MAÇA COMUM	Tipo comum com 70% de maturação. Sem danificações físicas, casca íntegra, com sabor e aroma característicos da espécie. Isenta de substâncias terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho.	5,83
131	1650	KG	MAMÃO TIPO FORMOSA	Tipo formosa com 70% de maturação. Sem danificações físicas, casca íntegra. Com cor, sabor e aroma característicos da espécie. Isenta de substância terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho.	4,66
132	1540	KG	MANDIOCA	Frescas de ótima qualidade. Compacta, firme de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações. Peso e tamanho padrão.	3,23
133	5550	KG	MELANCIA	Frescas de ótima qualidade. Compacta, firme de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Com 70% de maturação. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isentos de: sujidade insetos, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações.	2,16

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

134	930	KG	MELÃO	Frescas de ótima qualidade. Compacta, firme de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Com 70% de maturação. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isentos de: sujidade insetos, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações.	6,33
135	490	BD	MILHO ESPIGA (PCT C/ 5 ESPIGAS)	Frescos de ótima qualidade, macio de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações. Espigas com peso e tamanho padrão. (Pacotes com 5 espigas)	6,83
136	730	DZ	OVOS DE GALINHA	Casca integra, sem rachaduras e sujidades.	7,30
137	30	KG	PEPINO	Sem danificações físicas, casca integra. Com cor, sabor e aroma característico da espécie. Isenta de substância terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho.	4,50
138	60	KG	PERA	Sem danificações físicas, casca integra. Com cor, sabor e aroma característico da espécie. Isenta de substância terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho.	11,47
139	75	KG	PIMENTA DE CHEIRO	Sem danificações físicas, casca integra. Com cor, sabor e aroma característico da espécie. Isenta de substância terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho.	15,63
140	320	KG	PIMENTÃO VERDE	Aparência fresca e sã, colhidas ao atingir o grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento. Isentos de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades, parasitas e larvas.	5,83
141	1635	KG	REPOLHO BRANCO	Frescas e sã de ótima qualidade. Compacto, firme de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isentos de: sujidade insetos, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações.	3,99
142	1050	KG	TANGERINA	Tangerina fruto arredondado, casca de cor lisa, integra cor, odor, sabor próprios. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, substancias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos a superfície externa, insetos, parasitas e larvas.	3,57
143	2140	KG	TOMATE	Sem danificações físicas, casca integra. Com cor, sabor e aroma característico da espécie. Isenta de substância terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho.	5,59
144	370	KG	UVA RUBI	Aparência fresca e sã, colhidas ao atingir o grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento. Isentos de danos e defeitos de natureza física, sujidades e larvas e defensivos agrícolas.	14,60

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

145	180	KG	VAGEM	Sem danificações físicas, casca íntegra. Com cor, sabor e aroma característico da espécie. Isenta de substância terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho.	9,26
146	510	KG	BOLO SIMPLES	Bolo simples, sem recheio e cobertura, sabores diversos.	13,80
147	11500	UND	LEITE TIPO C PASTEURIZADO - 1L	Tipo C, pasteurizado, na embalagem deverá constar data da fabricação data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 3 dias na data da entrega.	3,78
148	3355	UND	LEITE UHT INTEGRAL - 1L	Leite uht íntegral, na embalagem deverá constar data da fabricação, data de validade e número do lote do produto. Embalagem de 1l.	4,00
149	442	UND	LEITE UHT ZERO LACTOSE - 1L	Leite zero lactose, pasteurizado, na embalagem deverá constar data da fabricação, data de validade e número do lote do produto. Embalagem de 1l.	4,99
150	690	KG	MINI BROA DE AMENDOIM	Míni Broa de Amendoim, fabricada com Amendoim de boa qualidade macia e aerada. Serão rejeitados se mal assados, achatados e embatumados aspecto massa pesada, e de características organolépticas anormais. Unidade de 25 a 40g conforme solicitação.	22,23
151	640	KG	MINI BROA DE FUBÁ	Míni Broa de Fubá, serão rejeitados se mal assados, achatados e embatumados aspecto massa pesada, e de características organolépticas anormais. Unidade de 25 a 40g conforme solicitação.	22,23
152	290	KG	MINI PÃO DE QUEIJO	Míni Pão de Queijo de boa qualidade macio e aerado. Serão rejeitados se mal assados, queimados, amassados e achatados e embatumados, aspecto massa pesada, e de características organolépticas anormais.	21,23
153	250	KG	MINI PÃO DOCE - 25G	Míni pão doce de 25 gramas acondicionados em embalagens plásticas que proteja das impurezas com entrega nas escolas dentro do prazo favorável da preparação e consumo da merenda escolar.	17,90
154	250	KG	MINI PÃO FRANCÊS- 25G	Míni pão francês de 25 gramas acondicionados em embalagens plásticas que proteja das impurezas com entrega nas escolas dentro do prazo favorável da preparação e consumo da merenda escolar.	13,10
155	880	KG	MINI ROSCA HÚNGARA	Míni Rosca húngara de boa qualidade e aerada. Serão rejeitados roscas se mal assadas, queimadas, amassadas, achatadas e embatumadas, aspecto massa pesada, e de características organolépticas anormais.	18,77
156	60	PCT	PÃO DE FORMA 500GR	Pão de forma, pacotes de 500g	7,00
157	700	PCT	PÃO DE QUEIJO CONGELADO - 1KG	Pão de queijo congelado, embalagem de 1kg	19,10
158	650	KG	PÃO DOCE - 50G	Pão doce de 50 gramas acondicionados em embalagens plásticas que proteja das impurezas com entrega nas escolas dentro do prazo favorável da preparação e consumo da merenda escolar.	17,27

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

159	8370	KG	PÃO FRANCÊS 50GR	Pão francês de 50g, de boa qualidade com miolo branco, em casca dm cor dourada brilhante e homogênea. Serão rejeitados pães mal assados, queimados, amassados, achatados e embatumados, aspecto massa pesada, e de características organolépticas anormais.	13,10
160	130	PCT	PÃO PARA HOT DOG	Pão hot dog, pão para "cachorro quente" de 50g de boa qualidade com miolo branco e casca de cor dourada brilhante e homogênea. Serão rejeitados pães mal assados, queimados, amassados, achatados e "embatumados" aspecto massa pesada e de características organolépticas anormais.	12,83
161	40	KG	QUEIJO CURADO E RALADO	Queijo Curado e Ralado, fabricado com leite integral, manipulado em condições higiênicas satisfatórias. Embalagem íntegra, na embalagem deverá constar data da fabricação data da validade e número do lote do produto, Validade mínima de 6 meses na data da entrega.	24,80
162	240	KG	QUEIJO MUSSARELA	Queijo mussarela, fabricado com leite pasteurizado manipulado em condições higiênicas satisfatórias. Embalagem íntegra, na embalagem deverá constar data da fabricação data da validade e número do lote do produto, Validade mínima de 6 meses na data da entrega.	24,93
163	550	KG	ROSCA COM CREME - 50G	Rosca com creme em unidade de 50 gramas acondicionados em embalagens plásticas que proteja das impurezas com entrega nas escolas dentro do prazo favorável da preparação e consumo da merenda escolar.	19,57

2.3. Em TODOS os itens deverão constar as respectivas MARCA/PROCEDÊNCIA, sob pena de desclassificação do item nos termos da Lei de Licitações.

2.4 - O valor total estimado e na ordem de R\$ 1.097.850,67 (hum milhão, noventa e sete mil, oitocentos e cinquenta reais e sessenta e sete centavos) para um período de 12 meses.

3 - JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

3.1 – Esta aquisição visa a atender as necessidades das Secretarias e Departamentos da Prefeitura, FMS e FMAS deste Município de Buriti Alegre. As quantidades relacionadas objetivam a manutenção dos fornecimentos eventuais. Para isto, o registro de preços mostra-se como a ferramenta mais adequada à celeridade nas aquisições e ao controle regular dos gastos orçamentários durante o exercício.

3.1.1 – É de suma importância a referida aquisição, pois a boa técnica recomenda a adoção de procedimentos preventivos e corretivos, objetivando a proporcionar a administração pública a fim que os serviços não sofram descontinuidade e principalmente por se tratar de demanda essenciais deste município.

3.1.2 – Visando atender as necessidades da Prefeitura, FMS e FMAS deste Município de Buriti Alegre, faz-se necessário para que se proceda aos fornecimentos dos gêneros alimentícios, atendendo a demanda dos mesmos, garantindo a eficiência dos serviços prestados pelo o município de Buriti Alegre, em virtude do atendimento aos princípios da Administração Pública.

3.2 – A aquisições trarão benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação, continuidade das atribuições inerentes ao bom funcionamento dos serviços públicos e às atividades afins.

3.3 - OBJETIVO: Pretende-se alcançar, com a presente aquisição, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração Pública.

3.4 - MOTIVAÇÃO: A contratação, objeto deste Termo de Referência, visa também cumprir as demandas dos serviços públicos do município.

3.5 - Foram adotados pela Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, os critérios econômicos - financeiros, a divisão por Item.

4 - A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS ITENS:

4.1 A necessidade de contratação de empresa por menor preço por item para fornecimento dos gêneros alimentícios, justifica-se por várias incompatibilidades quando executados por empresas diferentes, para o mesmo item tais como:

- a. Necessidade de pagamento em função de itens em desconformidade do edital, ocasionando gasto que não seria necessário na contratação pretendida neste Termo de Referência;
- b. Incompatibilidade de prazos entre o fornecimento dos gêneros alimentícios, causando atraso na entrega dos mesmos e reduzindo a disponibilidade de atender as necessidades da Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO.
- c. A contratação das aquisições dos gêneros alimentícios foram os critérios usados para a uma melhor gestão de registro de preço se a eficiência dos contratados justifica que seja a mesma empresa vencedora dos itens, levando em consideração a natureza dos objetos em questão.
- d. Os itens a serem objetos correlacionados quais sejam a execução dos fornecimentos dos gêneros alimentícios. Compromete a qualidade dos gêneros alimentícios que demandam da Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre – GO, se as empresas diferentes forem responsáveis pelos referidos itens. O disposto do §1º do art. 23 da lei 8666/ 93, refere-se à ampla divisão de parcelas quando se comprovarem técnica e economicamente viáveis, o que não se comprova no objeto desta contratação
- e. Verificam-se critérios técnicos e econômicos que a mesma empresa que seja responsável pelo fornecimento dos gêneros alimentícios a serem trocadas. Assim o tempo gasto para a entrega dos gêneros alimentícios é diminuído e pode se fazer uma melhor fiscalização dos fornecimentos prestados. É inviável do ponto de vista logístico que empresas diferentes sejam responsáveis pelos itens constantes.
- f. Do ponto de vista da qualidade e do tempo gasto pelos fornecimentos não se configura vantagem técnica para a Administração a dissolução dos itens. E ainda, se levarmos em consideração o uso operacional do Município, verifica-se a necessidade da empresa contratada apresentar condições técnicas mínimas compatíveis com a demanda do objeto desta contratação. Assim, justificamos o presente de acordo com a legislação, respeitado as limitações de ordem técnica.

Observação: Por tanto concluímos que é mais vantajoso para a Administração realizar licitação do tipo menor preço por Item, porém observando os valores unitários dos itens.

5 - CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1 - Os objetos a serem registrados é caracterizado como bem comum de que trata a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº. 3.555/00, haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas dos gêneros alimentícios são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade de licitação Pregão.

6 - MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

6.1 - Serão requisitados de forma parcelada, eventual e futura, de acordo com as necessidades da Prefeitura, FMS e FMAS, deste município, através da Ordem de Fornecimento.

7 – FUNDAMENTO LEGAL

7.1 - A contratação para esta aquisição, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, integralmente, na Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, no Decreto Federal n.º 3.555/00, Decreto Federal n.º 7.892 de janeiro de 2013 e subsidiariamente a Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações.

8 – VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá vigência de **12 (doze)** meses a partir da data de sua assinatura e os eventuais contratos respectivos terão sua vigência em acordo com a solicitação do órgão requisitante.

9 - DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

9.1 As eventuais e futuras despesas decorrentes do presente processo têm adequação orçamentária e financeira anual e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA do Exercício 2019, sendo que, as **eventuais** despesas contratadas no exercício 2019 serão pagas através de recursos consignados nas seguintes dotações orçamentárias:

03 – Prefeitura Municipal

03.02 – Secretaria de Administração

03.02.04.122.0438.2011- Manut. das Atividades da Secretaria de Administração e Planejamento

044 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 100 - Recursos Ordinários

03 – Prefeitura Municipal

03.07 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

03.07.12.361.1238.2033- Manutenção do Ensino Fundamental

0094 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de Recursos: 101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação

115 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE

03 – Prefeitura Municipal

03.07 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

03.07.12.365.1238.2045- Manutenção do Ensino Infantil

0134 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de Recursos: 101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação

115 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE

124 - Transferências de Convênios - Estado/ Educação

03 – Prefeitura Municipal

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

03.16 – Secretaria de Ação Urbana, Transporte e Transito
03.16.15.452.1538.2.154 - Manutenção da Secretaria de Ação Urbana, Transporte e Transito
0248 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso: 100 - Recursos Ordinários

06 – FMS
06.01- Fundo Municipal de Saúde
06.01.10.301.1038.2122 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde
0304 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso: 102 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

06 – FMS
06.01- Fundo Municipal de Saúde
06.01.10.301.1038.2123 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica
0313 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso: 102 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

06 – FMS
06.01- Fundo Municipal de Saúde
06.01.10.304.1038.2131 – Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde
0331 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso: 102 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

06 – FMS
06.01- Fundo Municipal de Saúde
06.01.10.305.1038.2132 – Manutenção do Bloco de Vigilância Epidemiológica
0337 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso: 102 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

07 – FMAS
07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
07.01.08.243.0838.2137- Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
0346 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso: 100 – Recursos Ordinários

07 – FMAS
07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
07.01.08.244.0838.2138- Manutenção das Atividades da Assistência Social
0356 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso: 100 – Recursos Ordinários

07 – FMAS
07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
07.01.08.244.0838.2145- Bloco P.S.E (PAEFI, MSE, CREAS, PTMC)
0365 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recursos: 100- Recursos Ordinários
129 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social-
FNAS

07 – FMAS
07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
07.01.08.244.0838.2146- Bloco P.S.B (SCFV, PBF, CRAS, PBV III, EQUIPE VOLANTE e Outros)

0371 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de Recursos: 100- Recursos Ordinários

129 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social-
FNAS

10 - DA ADJUDICAÇÃO DO CERTAME

10.1 – Declarado o licitante vencedor o Pregoeiro adjudicará, ao mesmo o objeto da licitação, apenas para Efeito de Preferência de Fornecimento em caso de equivalência de preços e condições, e posteriormente encaminhará à autoridade competente para homologação do certame com base no art. 4º, XV, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2 - Ocorrendo a interposição de recurso, restará o Pregoeiro arguir sobre as condições e pressupostos processuais podendo reconsiderar de ofício ou manter sua posição, subindo os autos devidamente instruídos, a autoridade competente, no prazo de até 03 (três) dias úteis, para decisão em igual período contado do recebimento, nos termos dor art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93.

11 - DA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME

11.1 – Avaliada a classificação e aceitabilidade da proposta e apreciada a documentação de habilitação, após a adjudicação para efeito de preferências de fornecimento em casos de equivalência de preços e condições, o certame será Homologado pela autoridade competente, e os licitantes promoverão a assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 dias úteis contados da notificação em audiência ou qualquer meio de notificação formal.

11.2 - Após a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro, juntamente com o relatório de julgamento, a autoridade superior competente efetivará juízo de conveniência acerca do procedimento licitatório, podendo homologar o certame, ou se for o caso, mediante decisão fundamentada poderá revogar a licitação em um todo ou parte dela.

11.3 – Poderá gerar a qualquer momento a assinatura da Ata de Registro dos preços, em especial nos termos do deste edital.

11.4 - A recusa injustificada do adjudicatário em fornecer os itens no prazo estipulado pela Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita aos licitantes remanescentes que se negarem a aceitar a contratação.

11.5 – O extrato da ARP, será devidamente publicado, nos meios de publicação necessários e no site oficial, local de publicações na sede administrativa do município de Buriti Alegre – GO, e no endereço eletrônico www.buritialegre.go.gov.br.

12 - DEVERES DA CONTRATADA

12.1 - São deveres da contratada:

12.1.1 - Fornecer a entrega do objeto em conformidade com este termo, e observadas às normas constantes no edital e da proposta apresentada;

12.1.2 - Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo;

12.1.3 - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive com transporte dos gêneros alimentícios a serem entregues, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outra que incidam ou venha incidir na execução do da ata de registro de preço;

12.1.4 – Fornecer os itens solicitados dentro do prazo estabelecido;

12.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos gêneros alimentícios, de acordo

com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.6 - Atender prontamente a quaisquer exigências da administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

12.1.7 - Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.8 - A reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, às suas custas e riscos, num prazo de no máximo de 05 (cinco) dias úteis, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos gêneros alimentícios, decorrente de culpa da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante.

12.1.9 – Não fazer o emprego de acessórios impróprios, não originais ou de qualidade inferior, não podendo tal fato ser invocado para justificar cobrança adicional a qualquer título.

12.1.10 - A responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive aos decorrentes das aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo.

12.1.11 - No caso de haver defeitos nos gêneros alimentícios e, se conseqüentemente houver substituição, a garantia será contada a partir da nova data da substituição dos gêneros alimentícios defeituosos.

13 - DEVERES DA CONTRATANTE

13.1 - São deveres da Prefeitura, FMS e FMAS, deste município:

13.1.1 - Proporcionar todas as facilidades para que o prestador possa cumprir com suas obrigações;

13.1.2 - Rejeitar os gêneros alimentícios que não atendam às especificações deste Termo de Referência;

13.1.3 - Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal (ais) / Fatura(s) da registrada, observando ainda as condições estabelecidas no edital de licitação;

13.1.4 - Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades detectadas nos referidos gêneros alimentícios, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

13.1.5 - Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos técnicos da contratada;

13.1.6 - Efetuar o pagamento no prazo previsto.

14 - LOCAL DE ENTREGA/CONDIÇÕES:

14.1 - A entrega do objeto observará ao seguinte:

14.1.1 - Os gêneros alimentícios, solicitado serão entregues com o prazo não superior 72 (setenta e duas) horas, contados da emissão da Ordem de Compra, em horário comercial.

14.1.2 Local da entrega: no departamento de compras do município, ou nos locais indicados na ordem de fornecimento dentro perímetro urbano do município.

14.1.3 Os gêneros alimentícios deverá ser entregue acompanhado da nota fiscal, que deverá conter descrição dos itens, quantidade, preço unitário e total, em conformidade com a solicitação de compra.

14.1.4 – Os gêneros alimentícios deverá ser entregue em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência, sem inadequação, no que exige o termo de referência do edital.

15 - PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

15.1 - A presença da fiscalização da Contratante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada;

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

15.2 - No momento da entrega dos gêneros alimentícios estará presente um servidor municipal designado como fiscal para conferência da entrega;

15.3 - O responsável pela conferência da entrega dos gêneros alimentícios, receberá em caráter provisório, em até 03 (três) dias úteis até a conferência definitiva, somente após a verificação da conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos, condições de segurança e demais exigências do procedimento licitatório, o aceite será definitivo e se efetuará a liberação da nota fiscal para pagamento, facultado ao receber o poder de promover a recusa de recebimento dos gêneros alimentícios, desde que devidamente justificada, ocasião em que o fiscal, informará por escrito ao departamento competente para as providências cabíveis.

16 – DOS FORNECIMENTOS:

16.1 - Fornecerem somente os gêneros alimentícios de primeira linha, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de outra procedência, devendo, inclusive, cumprir com os prazos de garantia previstos neste certame, fornecendo imediatamente, ao solicitado, novos gêneros alimentícios em substituição àquelas que apresentaram eventual defeito/irregularidades, sendo estes devolvidos aos fornecedores destes itens, não cabendo a Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre – GO, nenhum ônus decorrente da substituição dos gêneros alimentícios, componentes, gêneros alimentícios defeituosos condenados pela fiscalização.

17 - RECEPÇÃO E ACEITAÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

17.1 – Os fornecimentos dos gêneros alimentícios pela registrada deverá ser documentado por escrito, na própria Ordem de Fornecimento, ficando em poder da registrada para comprovação da entrega e habilitação ao pagamento.

17.2 – O recebimento dos gêneros alimentícios pela CONTRATANTE não implica na sua aceitação definitiva. Dependerá da verificação da qualidade dos gêneros alimentícios pela contratada e serão inspecionados por servidor designado pela Contratante.

17.3 – O recebimento dos gêneros alimentícios será feito por servidor da contratante o qual deverá realizar conferências de modo que esteja correto. Após, deverá certificar/atestar a nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

Buriti Alegre - Goiás, 26 de junho de 2019.

João Alfredo Inácio de Mello
Pregoeiro Oficial

**ANEXO II - PROCURAÇÃO
(FORA DOS ENVELOPES)**

(MODELO)

PROCURAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 015/2019

PROCESSOS n°s 02118, 02119, 02120, 02121, 2122/2019.

OUTORGANTE:, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço, nº, bairro, cidade, estado, portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº

OUTORGADO:, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço, nº, bairro, cidade, estado, portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº

PODERES: Representar o outorgante perante este Município, durante o transcorrer dos trabalhos do processo licitatório, podendo formular lances, negociar preços, assinar todos os documentos e deliberar sobre todos os assuntos a ela pertinentes, inclusive todos os poderes necessários para receber, interpor recursos e desistir de prazos, assinar propostas, assinar contratos, e etc.

.....
Local e data

Assinatura do Representante Legal da Empresa – firma reconhecida

ANEXO III (FORA DOS ENVELOPES)
CARTA DE CREDENCIAMENTO

A

Prefeitura Municipal de Buriti Alegre – GO.

Rua Goiás nº 563, Centro.

Buriti Alegre - GO

REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 015/2019

PROCESSOS nºs 02118, 02119, 02120, 02121, 2122/2019.

Assunto: Credenciamento

Na qualidade de responsável legal pela empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ credenciamos o Sr. _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF (MF) nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____, para nos representar na licitação em referência, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer, renunciar a recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

Local e data.

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO
(ENVELOPE DE HABILITAÇÃO)

(MODELO)

REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 015/2019

PROCESSOS n°s 02118, 02119, 02120, 02121, 2122/2019.

(Nome da Empresa) _____,
CNPJ nº _____, sediada em _____,
DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data.

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal

ANEXO V (FORA DOS ENVELOPES)
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS EM EDITAL

REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 015/2019

PROCESSOS nºs 02118, 02119, 02120, 02121, 2122/2019.

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, DECLARA, sob as penas cabíveis que possui todos os requisitos exigidos no Edital de REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade Pregão Presencial nº 015/2019, para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, DECLARANDO ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará aplicação de penalidade a Declarante.

Local e data.

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal

ANEXO VI (ENVELOPE DE HABILITAÇÃO)
DECLARAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 015/2019

PROCESSOS n°s 02118, 02119, 02120, 02121, 2122/2019.

Em atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, e ainda ao item 9.9.2, do edital, declaramos que a empresa _____, CNPJ nº _____, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local e data.

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal

ANEXO VII (FORA DOS ENVELOPES)
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006
(SOMENTE PARA ME/EPP)

REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 015/2019
PROCESSOS nºs 02118, 02119, 02120, 02121, 2122/2019.

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ Nº _____, com sede _____, (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, para fins de participação no REGISTRO DE PREÇO, na modalidade **Pregão Presencial nº 015/2019**, DECLARA expressamente, sob as penalidade cabíveis, que:

A) Encontra-se enquadrada como empresa de Micro e Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar n. 147/2014.

B) Tem conhecimento dos Artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação e que não incide nos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

Local e data.

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal

Nome ou carimbo do declarante: _____

Cargo ou carimbo do declarante: _____

Nº da cédula de identidade: _____

Telefone, fax e e-mail para contato: _____

***Esta declaração deverá ser entregue fora dos envelopes referidos no “item 5” por ocasião do credenciamento e estar devidamente assinada pelo contador ou pelo representante da empresa.**

OBS.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da Sessão, antes e separadamente dos envelopes (Proposta de Preços e Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Complementar nº 123/2006 e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar n. 147/2014 anexando também a Certidão da Junta Comercial comprobatório de seu enquadramento como ME ou EPP, conforme artigo 8º da DNRC nº 103 de 30/04/2007 **com data de emissão não superior a 60 dias consecutivos e/ou Comprovação de Inscrição como Optante pelo Simples Nacional.**

ANEXO VIII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N. 015/2019
PROCESSOS n.ºs 02118, 02119, 02120, 02121, 2122/2019.
Validade 01 (um) ano

ATA DE REGISTROS DE PREÇOS para aquisição de Gêneros Alimentícios, Carnes, Hortifrutigranjeiros, Pães e Quitandas, Leite e Derivados, destinados para atender as necessidades das Secretarias e departamentos da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, deste Município de Buriti Alegre, Estado de Goiás, Órgão Gerenciador de Registro de Preços e de outro lado as empresas abaixo enumeradas, na forma das cláusulas e condições a seguir:

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE**, Estado de Goiás, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.345.909/0001-44, com sede na Rua Goiás n.º 563, Centro, nesta cidade, pessoa jurídica de direito Público interno neste ato representada pelo Prefeito Municipal o senhor **André de Sousa Chaves**, brasileiro, casado, agente político, portador da cédula de identidade n.º _____/_____, e CPF n.º _____, residente e domiciliado na Rua José Sinhá, n.º 866, Centro, nesta cidade de Buriti Alegre, Estado de Goiás; o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BURITI ALEGRE - GO**, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.667.287/0001-12, com sede na Rua Goiás n.º 563, Centro, neste ato, representada pela sua Gestora a senhora **Analice Martins Custódio**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º _____/_____, e CPF n.º _____, residente e domiciliada na Rua José Sinhá, n.º 866, Centro, nesta cidade Buriti Alegre, Estado de Goiás; o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.267.244/0001-51, com sede na Rua Goiás n.º 563, Centro, neste ato, representado pelo Gestor o senhor **Herodoto Santana de Azara**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º _____/_____, e CPF n.º _____, residente e domiciliado a Rua Desembargador Alves de Castro, Centro, CEP n.º 75.660-000, nesta cidade de Buriti Alegre, Estado de Goiás, doravante denominados simplesmente **PROMITENTES CONTRATANTES**, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e respectivas alterações, da Lei 10.250/02, Decreto Municipal de n.º 288 de 16 de Dezembro de 2005 e pelo Decreto Municipal de n.º 075 de 03 de janeiro de 2017, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL N. 015/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, por deliberação do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, e homologada pelo Exmo. Prefeito Municipal, e a(s) empresa(s) _____, inscrita no CNPJ/MF n.º _____, estabelecida na Rua _____, n.º ____, Bairro _____, representada neste ato pelo Sr. _____, representante legal, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG e CPF), doravante denominado apenas por **PROMITENTE(S) FORNECEDOR(ES)**, **RESOLVEM** registrar os preços constantes nos anexos desta ata, para contratação de empresa(s) especializadas em fornecimentos de gêneros alimentícios, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social deste Município de Buriti Alegre, Estado de Goiás, tendo sido os referidos preços oferecidos pela(s) empresa(s) respectiva(s) constantes na Cláusula Segunda desta ata, cujas propostas foram classificadas em primeiro lugar, observadas as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem.

Cláusula Primeira:- DO OBJETO

O objeto desta ATA é o Registro de Preço das PROMITENTE(S) CONTRATADA(S), objetivando REGISTRO DE PREÇOS, para contratação de empresa(s) especializadas para os fornecimentos de Gêneros Alimentícios, Carnes, Hortifrutigranjeiros, Pães e Quitandas, Leite e Derivados, destinados para atender as necessidades das Secretarias e departamentos da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, deste Município de Buriti Alegre, Estado de Goiás, conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I, do Edital do Pregão Presencial nº 015/2019, a proposta do Fornecedor e a Ata da Sessão Pública do Pregão, cujos termos são parte integrante do presente instrumento independentemente de transcrição.

Cláusula Segunda:- DO REGISTRO PREÇO

2.1. Os preços registrados e o(s) fornecedor(es) dos itens constantes desta, encontram-se contidos na tabela abaixo:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DOS ITENS	MARCA	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01						
02						
03						
04						
05						

2.1.1 – VALOR TOTAL REGISTRADO POR CADA LICITANTE: R\$ _____

2.2. – VALOR GLOBAL REGISTRADO DESTA ARP: R\$ _____

2.3 – Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2019**, que a precedeu na íntegra o presente instrumento de compromisso, e as disposições do Decreto Municipal de n.º 075 de 03 de Janeiro de 2017, que regulamenta o Registro de Preços no âmbito da Administração da Prefeitura Municipal de Buriti Alegre GO.

Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES REGISTRADOS

3. São obrigações do(s) Licitante(s) REGISTRADO(S), entre outras:

3.1. Assinar a presente com a Prefeitura, FMS e FMAS do Município de Buriti Alegre – GO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação formal.

3.2. O item adjudicado e solicitado deverá sempre disponível para o fornecimento, no período das 7h às 11h ou das 13h às 17h, em até 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento da ordem de fornecimento expedida pelo setor competente.

3.3. Providenciar a imediata substituição dos itens por falhas ou irregularidades constatadas pelo município, na forma de fornecimento dos mesmos e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.

3.4. Reapresentar sempre, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos que comprovem todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do Pregão Presencial nº. 015/2019.

3.5. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.

3.6. Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Prefeitura, FMS e FMAS do Município de Buriti Alegre – GO, ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente ARP (Ata de Registro de Preços).

3.7. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, ficando, ainda, a Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, isentos de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária.

3.8. Pagar, pontualmente, os seus fornecedores e as obrigações fiscais com base na presente ata, exonerando a Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

Cláusula Quarta: DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA, FMS E FMAS DESTE MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE – GO.

4. São obrigações da Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre – GO, entre outras:

4.1. Gerenciar, através da Diretoria Geral de Compras do município de Buriti Alegre, esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;

4.2. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços, através da Diretoria Geral de Compras;

4.4. Publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação, inclusive pela rede mundial de computadores - Internet, durante a vigência da presente ata;

4.5. Encaminhar o processo do Pregão Presencial e a Ata de Registro de Preços, devidamente publicada, ao TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, para fins de anotação dos valores registrados, visando aferir os valores das aquisições a serem realizadas.

Cláusula Quinta - DA VIGÊNCIA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de **12 (doze) meses**, nos termos da Lei, contados de sua assinatura.

5.2. Nos termos do art. 15, parágrafo 4º, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura, FMS e FMAS deste município de Buriti Alegre – GO, não serão obrigados a adquirir os itens referidos nesta ata.

5.3. Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram impostas pela Lei Federal 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será, cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

Cláusula Sexta - DA CONTRATAÇÃO

6.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 015/2019, da Prefeitura Municipal deste município de Buriti Alegre - GO, visando alcançar a quantidade dos gêneros alimentícios pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

6.2. O Registro de Preços efetuado não obriga a Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre – GO, a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

6.3 A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do município, mediante a assinatura deste.

Cláusula Sétima - DO PAGAMENTO À CONTRATADA

7.1. O Departamento Financeiro da Prefeitura, FMS e FMAS do Município de Buriti Alegre – GO, pagará à CONTRATADA, pelo fornecimentos dos itens no valor registrado nesta Ata, valores em acordo com a quantidade efetivamente entregue em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento dos itens e emissão da respectiva nota fiscal devidamente aferida por servidor competente para o recebimento dos itens.

7.2. O pagamento será efetuado mediante apresentação do documento fiscal competente, em até 30 dias, juntamente com os documentos pertinentes, observado o seguinte:

7.2.1 - O documento fiscal deverá ser emitido e estar acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Tributos, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e pelo Município.
- b) Certidão Negativa de Débito Tributos Federais - conjunta CND / INSS, com a Receita Federal;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Negativa de Débito Trabalhista - CNDT.

7.2.2 - O documento fiscal não aprovado pela Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre – GO, será devolvido à CONTRATADA para as devidas correções, passando a contar novos prazos previstos nesta Cláusula, a partir da data de sua reapresentação e consequente aprovação.

Cláusula Oitava: DAS ALTERAÇÕES DA ATA

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

8.1.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos itens registrados, cabendo a Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

8.1.2. Quando o preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura Municipal de Buriti Alegre deverá:

- I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e

III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Presencial, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

8.1.3. Quando o valor de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos itens;

III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Presencial, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

8.1.4. A Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

8.2. O Registro de Preços dos fornecedores registrados será CANCELADO quando:

I. houver interesse público, devidamente fundamentado;

II. o fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

III. o fornecedor não assinar a Ata de Registro de Preço no prazo determinado neste edital, sem justificativa aceita pela Prefeitura, FMS e FMAS deste município de Buriti Alegre - GO;

IV. se constatar a existência de declaração de inidoneidade do fornecedor;

V. o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, no caso deste se tornar superior ao praticados no mercado;

VI. por iniciativa do próprio fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade do cumprimento das exigências do instrumento convocatório que deu origem à esta ARP, tendo em vista fato superveniente e aceito pela Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO.

8.3. Os preços da presente Ata serão irrevogáveis durante a validade desta Ata;

8.3.1. Nas hipóteses previstas no Art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93, a Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro desta Ata, mediante solicitação fundamentada e aceita.

Cláusula Nona - DAS PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial da Ata a Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, poderá garantir o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total registrado;

III. Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

9.2. A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:

I. Descumprimento das obrigações assumidas, desde que não acarretem prejuízos para a Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO;

II. Execução insatisfatória ou inexecução da entrega dos gêneros alimentícios, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

III. Pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos gêneros alimentícios da Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO;

9.3. Decorridos 48 (quarenta e oito) horas de atraso na entrega dos itens, sem que tenham sido apresentadas justificativas plausíveis, estará caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas, caso em que, além de aplicar a multa prevista nos **itens “20.1.5” “20.1.6”**, do edital, poderá a Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, optar pela rescisão desta.

9.3.1. As multas a que se refere o **do item 20**, do edital, não impede que a Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, rescinda, unilateralmente ou cancele o Registro de Preço do fornecedor e, ainda aplique as outras sanções previstas no **do item 20**, do edital, facultada o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório da PROMITENTE.

9.4. As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura, FMS e FMAS deste município de Buriti Alegre - GO;

9.4.1. Inexistindo pagamento devido pela Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento da multa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da comunicação de confirmação da sanção;

9.4.2. Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, a Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, poderá se houver valer-se do valor a receber de gêneros alimentícios já entregues e, não sendo este suficiente, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

9.5. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta se constatada má fé, ação maliciosa e premeditada da CONTRATADA em prejuízo da Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos à Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, ou aplicações sucessivas das outras penalidades anteriormente descritas.

9.5.1 A penalidade prevista nesta cláusula é de competência da Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre - GO, facultada à contratada o devido processo legal, a ampla defesa e contraditória, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

9.6 – Sem prejuízo das sanções previstas decorrentes de processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos de improbidade administrativa previstas na Lei n. 8429/92 e atos ilícitos alcançados pela Lei 8666/93, poderão ser aplicadas as sanções previstas pela Lei Federal n. 12.846/2013 às pessoas jurídicas que praticarem atos lesivos contra a administração pública definidos em seu Art. 5º nos seguintes termos:

9.6.1 - Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

9.6.2 - Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 12.846/2013;

9.6.3 - Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

9.6.4 - No tocante a licitações e contratos:

9.6.4.a - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

9.6.4.b - impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

9.6.4.c - afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

- 9.6.4.d - fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- 9.6.4.e - criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- 9.6.4.f - obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou;
- 9.6.4.g - manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
- 9.6.5** - Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Cláusula Décima – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 015/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

10.2. O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Presencial n. 015/2019, conforme decisão do Pregoeiro do Município de Buriti Alegre - GO, lavrada em Ata datada de ___/___/___, e homologação feita pelo senhor Prefeito do Município de Buriti Alegre – GO, em ___/___/___.

10.3. Caberá a Prefeitura, FMS e FMAS, deste município de Buriti Alegre – GO, o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

10.4. Fica eleito o foro da Comarca de Buriti Alegre/GO para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

_____, em ____, de _____ de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGOEIRO OFICIAL

EMPRESAS REGISTRADAS:
